



Um Projeto da Aliança dos Direitos de Propriedade (Property Rights Alliance - PRA)

Índice Internacional de Direitos de Propriedade (IIDP) – Relatório 2011

**Pesquisa conduzida por Kyle A. Jackson, do Programa de Bolsas
2010 Hernando de Soto**

*Contribuições: Marius Doksheim, Joseph Quesnel, Krishna Neupane, Marcos
Hilding Ohlsson, Martin Krause, Nicole Alpert*

**Lançamento da edição em português no XXIV Fórum da Liberdade
em 12 de Abril de 2011, Porto Alegre, Brasil.**



Direitos Autorais © 2011 pela Americans for Tax Reform Foundation/Property Rights Alliance (PRA).

Edição original em inglês impresso nos Estados Unidos por :

Americans for Tax Reform Foundation/Property Rights Alliance
722 12th Street NW, Suite 400
Washington, D.C., 20005, EUA
Fone: (202) 785-0266
Fax: (202) 785-0261
Website: www.atr.org e www.propertyrightsalliance.org

Para maiores informações em inglês, entre em contato com a Diretora Executiva da PRA, Kelsey Zahourek, email: kzahourek@propertyrightsalliance.org

De Autoria: Kyle A. Jackson

Editado por: Ryan Balis

Criação: Instinct Design LLC, Fairfax, VA

A Fundação Americans for Tax Reform (ATRF) executa pesquisa e análise, com o objetivo de educar os contribuintes quanto às verdadeiras causas e efeitos de assuntos em legislação e regulamentação. Os esforços da ATRF municiam debates, conversas e enfatizam a importância da reforma fiscal e o controle de gastos públicos. A Americans for Tax Reform (ATR), é uma organização sem fins lucrativos, registrada no 501(c)4 e que usa esta pesquisa e análise para acompanhar iniciativas além do modelo tradicional de aumento fiscal. Além do Índice Internacional de Direitos de Propriedade, a ATRF também produz e publica o Relatório sobre Custos Governamentais (*Cost of Government Day® Report*) e o Índice de Liberdade Trabalhista (*Index of Worker Freedom.*)

A PRA é uma afiliada da Fundação Americans for Tax Reform e permanece como uma organização em defesa da proteção física e intelectual dos direitos de propriedade, tanto em nível doméstico como internacional.

Este índice encontra-se disponível, em inglês, para cópia digital dos dados no website: www.internationalpropertyrightsindex.com

Em português, a cópia digital se encontra no Portal do Instituto Liberdade a partir de 13/04/11: www.il-rs.org.br

Carta de Abertura por Hernando de Soto



Em 2007, a Aliança dos Direitos de Propriedade (Property Rights Alliance-PRA) introduziu pela primeira vez o Índice de Direitos de Propriedade (IIDP), criado pelo Programa de Bolsas Hernando de Soto. Em sua quinta edição, o IIDP permanece como o mais abrangente esforço na criação de um medidor internacional de direitos de propriedade em todo o mundo. A primeira edição comparou os esforços de proteção dos direitos de propriedade física e intelectual em 70 países. O índice de 2011 cresceu e agora examina 129 países.

A cada ano torna-se mais aparente que o bem-estar econômico está intrinsecamente ligado à proteção legal dos direitos de propriedade. O IIDP 2011 novamente demonstra a forte correlação entre os países que gozam de maior prosperidade econômica e aqueles países que apresentam firmes sistemas de direitos de propriedade. Olhando as tendências encontradas nas 4 edições anteriores, este último índice mostra os avanços na proteção dos direitos de propriedade ao redor do mundo, enquanto chama a atenção sobre as melhorias que foram feitas, especialmente a ampliação universal de mais direitos de propriedade.

Agora que a correlação entre o bem-estar econômico e os direitos de propriedade foi estabelecida, é imperativo continuar com a melhoria dos direitos de propriedade em nível global. Em geral, o mundo em desenvolvimento sofre de uma pobre proteção física e intelectual dos direitos de propriedade. É por isto que os cidadãos destes países são os que mais precisam de crescimento econômico. Este índice, e esforços similares, procuram educar políticos, assim como economistas, empreendedores e formuladores de políticas públicas sobre a importância de desenvolver e proteger os direitos de propriedade ao redor do mundo.

Devido ao grande volume de informações necessárias para compilar o IIDP, a tarefa é bem difícil. Eu parabeno Kyle Jackson, pelo seus esforços de desenvolvimento, pesquisa e produção desta edição 2011 do *Índice Internacional de Direitos de Propriedade*.

Saudações,



Hernando de Soto
Presidente do Instituto para Liberdade e Democracia (ILD), Lima, Peru

Carta da Diretora Executiva da Aliança de Direitos de Propriedade – (Property Rights Alliance-PRA)

A Aliança de Direitos de Propriedade, junto com seus parceiros globais, apresentam com orgulho a quinta edição do Índice Internacional de Direitos de Propriedade (IIDP).

Com respeito aos direitos de propriedade, a Aliança de Direitos de Propriedade acredita e concorda com a noção de que a proteção de ambos os direitos, físicos e intelectuais, é igualmente importante em natureza. Esta migração desencoraja o crescimento econômico em seus países nativos. É importante que os legisladores comecem a entender a imutável conexão entre crescimento econômico e os direitos de propriedade, para garantir uma economia mais saudável no futuro.

Como os direitos de propriedade continuam a enfrentar desafios ao redor do mundo, esperamos que este estudo seja uma ferramenta útil para os formuladores de políticas públicas, think tanks, acadêmicos e investidores, destacando a importância dos direitos de propriedade como a chave constituinte do crescimento econômico.

Gostaríamos de agradecer aos parceiros e colaboradores pelo seu esforço em apoiar o desenvolvimento do IIDP 2011. Gostaríamos também de agradecer ao autor do índice este ano, Kyle Jackson, por seu tempo e dedicação para o sucesso deste projeto.

E finalmente, um agradecimento especial ao Hernando de Soto por ceder seu nome e apoio ao Programa de Bolsas Hernando de Soto. Seu comprometimento e visão na área de direitos de propriedade tornou o IIDP 2011 possível.

Atenciosamente,



Kelsey Zahourek

Diretora Executiva da Aliança de Direitos de Propriedade
Washington, DC, EUA

ENTIDADES PARCEIRAS GLOBAIS



Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer ao Hernando de Soto (ILD) por seu trabalho exemplar em garantir os direitos de propriedade aos pobres do mundo. Suas ideias e esforços contínuos são uma fonte de coragem e inspiração para todos nós. Estamos honrados de ter esta bolsa de estudos no nome dele e gratos pelo seu apoio. Estamos ansiosos em continuar nosso trabalho com ele e o Instituto para a Liberdade e Democracia (ILD) no futuro.

Aliança dos Direitos de Propriedade (Property Rights Alliance-PRA) utilize seu nome para o programa de bolsas

Nós também estamos agradecidos pelo contínuo suporte intelectual e financeiro de Grover Norquist e da Fundação Americans for Tax Reform, que permitiram que a Aliança dos Direitos de Propriedade continue oferecendo o Programa de Bolsas Hernando de Soto. Adicionamos um especial agradecimento ao pessoal do Americans for Tax Reform (ATR) pelo seu apoio administrativo e de pesquisa, que permitiram tornar possível este projeto.

Agradecimentos especiais à Alexandra C. Horst (Bolsista Hernando de Soto em 2006), ao Satya Thallam (Bolsista Hernando de Soto em 2007), à Anne C. Dedigama (Bolsista Hernando de Soto em 2008), e à Victoria Strokova (Bolsista Hernando de Soto em 2009). Seus esforços e trabalho árduo nas edições anteriores tornaram possível a edição deste ano do índice. Agradecemos Scott LaGanga, que conceptualizou o programa e seu estímulo contínuo foi instrumental.

Estendemos nossos agradecimentos à Katerina Bricker pelo seu excelente trabalho como assistente de pesquisa. Seus esforços tornaram possível incluir novamente os perfis individuais dos países no Índice de 2011. Outros agradecimento ao Ryan Balis por sua meticulosa edição desta publicação.

O IIDP 2011 foi beneficiado pelos trabalhos extraordinários dos seguintes colaboradores: Marius Doksheim (Civita); Joseph Quesnel (Frontier Centre for Public Policy); Krishna Neupane (Limited Government); Marcos Hilding Ohlsson and Martin Krause (ESEADE); Nicole Alpert (The Lion Rock Institute); e Richard E. Wagner (George Mason University). Somos gratos por seu valioso tempo dedicado ao preparo dos ensaios e que contribuíram para enriquecer os temas contidos no IIDP 2011.

Nós apreciamos o apoio contínuo e o comprometimento das organizações parceiras e damos as boas-vindas a todos os nossos novos parceiros neste projeto. Muitos indivíduos contribuíram para este projeto de várias maneiras. Nossos sinceros agradecimentos para os que não estão listados acima, pois os apoios foram todos apreciados.

Kyle A. Jackson, Bolsista Hernando de Soto 2010, Aliança de Direitos de Propriedade

Kelsey Zahourek, Diretora Executiva, Aliança de Direitos de Propriedade

Sobre o Autor

Kyle Jackson é doutorando em economia da Universidade George Mason University. Ele é Bacharel em Economia pelo Hillsdale College in Hillsdale, e Mestre em Economia pela San Jose State University. Foi também recentemente bolsista do American Institute for Economic Research onde recebeu o Prêmio Roy A. Foulke, Jr., por demonstrar o maior potencial em desenvolvimento como cientista econômico.

A pesquisa anterior do Sr. Jackson foi na área de desenvolvimento da economia, em específico, a origem e natureza das instituições que facilitam o crescimento econômico. Através deste trabalho, ele veio a apreciar o papel vital dos direitos de propriedade na promoção da prosperidade e liberdade, e ele espera que o Índice Internacional de Direitos de Propriedade contribua para o entendimento dos indivíduos.

Sobre os Colaboradores

Nicole Alpert

A Srta. Nicole Idanna Alpert é a editora do primeiro periódico *Best Practice*, do Lion Rock Institute. Antes de trabalhar no Lion Rock em 2008, ela gerenciou uma vinícola e trabalhou em literatura cultural para o Departamento de Inglês e Departamento de Educação Geral da Lingnan University. Ela é bacharel em economia e relações internacionais do Washington College of Maryland.

Marius Doksheim

O Sr. Marius Doksheim é consultor em economia política do Civita. Ele é bacharel em economia da University of Oslo e mestre em economia política da Norwegian School of Management, BI. O Sr. Doksheim é co-autor de diversos livros e ensaios, entre eles, *Svikt!*, sobre escolha pública e *Migrasjon og frihet*, sobre imigração.

Martin Krause

O Dr. Martin Krause é professor em economia da Faculdade de Direito da University of Buenos Aires, e Diretor do Center for Research on Institutions and Markets (CIIM-ESADE). O autor de diversos livros e artigos acadêmicos é também membro da Sociedade Mont Pelerin. Ele obteve o título de doutor em gestão pela University of La Plata, Argentina.

Krishna Neupane

O Sr. Krishna Neupane é fundador e presidente do Limited Government, o primeiro think tank pró-mercado em Nepal. Depois de trabalhar em outros think tanks pró-mercado na Índia e nos EUA, o

Sr. Neupane trabalhou como especialista técnico para o Ministério da Saúde e População do Nepal, reformando a gestão orçamentária de 2008 a 2009. Ele obteve o seu título de mestre em gestão e planejamento da Purbanchal University com distinção e também possui mestrado em economia pela Wichita State University.

Marcos Hilding Ohlsson

O Sr. Marcos Hilding Ohlsson é professor em economia internacional da School of Economics and Business Administration (ESEADE) em Buenos Aires, Argentina, onde ele leciona microeconomia. Entre 2002 e 2006 ele trabalhou como analista econômico na empresa Delphos Investment e IB & CP, sendo que depois passou 6 meses como missionário na África do Sul, residindo no bairro destinado para negros no tempo do apartheid (township), onde ganhou experiência de vida num povoado informal. Além de ser editor do Republican Forum ele também trabalha como Conselheiro Municipal em San Isidro, um subúrbio de Buenos Aires. Ele é bacharel em economia da Universidad Católica Argentina (UCA) e possui mestrado em economia internacional da JIBS (Jönköping International Business School), na Suécia.

Joseph Quesnel

O Sr. Joseph Quesnel é analista em política do Frontier Centre for Public Policy. Ele é pesquisador chefe do Projeto do Centre Aboriginal Frontiers, que estuda problemas em governança nas comunidades das Primeiras Nações e outros assuntos aborígenes. O Sr. Quesnel é da região nordeste de Ontário, Canadá e tem herança ancestral Metis de Quebeque. Ele é bacharel em ciência política e história da McGill University em Montreal e é mestrando em jornalismo na Carleton University em Ottawa.

Richard E. Wagner

O Sr. Richard Wagner é professor de economia Holbart Harris da George Mason University. Ele publicou vários livros e artigos em teoria e política econômica. A trama que une o trabalho dele é a permanente luta entre liberdade e servidão, focando em como a liberdade pode se expandir no contrato de servidão. Seus livros mais recentes são: *Fiscal Sociology and the Theory of Public Finance* (2007) and *Mind, Society, e Human Action: Time and Knowledge in a Theory of Social Economy* (2010). Ele recebeu seu título de doutor em economia pela University of Virginia.

Premissa do Programa de Bolsas Hernando de Soto

O Índice Internacional de Direitos de Propriedade (IIDP) se deve aos esforços da Aliança dos Direitos de Propriedade (PRA em inglês), sediada em Washington-DC (EUA), dedicada à proteção dos direitos de propriedade material e intelectual, em comunidades domésticas e internacionais. A PRA é uma afiliada da organização defensora do contribuinte, Americans for Tax Reform (ATR).

Apesar de uma crescente acessibilidade de dados e pesquisa internacionais na arena dos direitos de propriedade, os índices existentes e os estudos tradicionalmente focam um aspecto ou outro dos direitos de propriedade. Em adição, a maioria dos índices globais se dedica a áreas de maior espectro do que um debate sobre direitos de propriedade privada em si, embora deva ser observado que o Índice de Liberdade Econômica da Fundação Heritage/Wall Street Journal e o Relatório de Liberdade Econômica Mundial do Instituto Fraser são realmente dedicados em direitos de propriedade, embora dentro do contexto na montagem de um perfil maior de cada país. Para superar uma conseqüente falta de definição abrangente sobre um indicador em direitos de propriedade, a PRA introduziu o Programa de Bolsas Hernando de Soto em 2006, com o objetivo principal de oferecer bolsas anualmente para desenvolver dados e aperfeiçoar conceitos, viabilizando a publicação anual do IIDP, apresentado aqui em sua quinta edição.

Sobre o Índice Internacional de Direitos de Propriedade (IIDP) 2011

Este relatório apresenta a quinta edição do Índice Internacional de Direitos de Propriedade (IIDP).

O IIDP é um estudo anual que compara países em termos de proteção dos direitos de propriedade – tanto física como intelectual. Como nas edições anteriores, o relatório de 2011 procura investigar os efeitos de um forte ambiente legal e político de um país, o reconhecimento e a aplicação da lei na garantia dos direitos de propriedade material e intelectual no desenvolvimento econômico de um país. Este ano o relatório compara 129 economias usando três variáveis como componentes principais e os classifica de acordo.

Devido à expansão de algumas fontes de dados e aos esforços dos autores em coletar dados faltantes, o índice deste ano adicionou os seguintes países: Angola, Irã, Líbano, Ruanda e Suazilândia. Estes países são diversos tanto geograficamente como economicamente e contribuíram significativamente para a abrangência do índice. Infelizmente, a falta de dados sobre direitos de propriedade do Quirguistão não permitiu que o país fosse incluído este ano no índice e ser classificado. A adição destes países, no entanto, em alguns aspectos dificultam a comparação direta da classificação do IIDP deste relatório com o do ano passado. O leitor fica ciente de que algumas mudanças nas posições relativas dos países podem refletir na mudança da amostragem de países em vez de mudanças significativas dentro do sistema de direitos de propriedade interno de cada país. Para permitir o acesso às mudanças na performance dos países, os autores introduziram novas tabelas mostrando as mudanças em escores absolutos para o IIDP e seus componentes.

Desde a sua publicação inaugural em 2007, os autores concentraram-se na identificação das fontes dos dados que melhor representam a força de um regime de propriedade de uma nação, enquanto permanecem com a necessidade de consistência do índice. O índice de 2011 usa bastante estes mesmos componentes e fontes de dados do índice de edições anteriores aplicando a mesma combinação de peso. Adicionalmente, uma análise ampla dos dados dos anos anteriores foi feita para identificar qualquer problema que pudesse dificultar a comparação dos escores através dos

anos. Em particular, onde era possível, os escores dos anos anteriores foram recalculados para levar em conta as mudanças de dados subsequentes ou a metodologia.

Ao apresentar estas mudanças, os autores garantiram que os rankings recalculados não foram tão diferentes quanto aos rankings originais. Os ajustes tiveram poucos efeitos e permitiram ajustes mais precisos da performance de um país. Utilizando estes novos dados, o relatório deste ano apresenta uma nova seção mostrando o perfil de cada país coberto pelo índice. Os perfis dos países fornecem a progressão histórica dos escores do IIDP e seus componentes, mostram qualquer avanço ou regressão e ainda os pontos fortes e fracos em direitos de propriedade dos países. Trata-se da substituição da seção em edições anteriores do IIDP dedicada ao casos especiais por país.

Seguindo mudança desde o ano passado, o componente igualdade em gênero no IIDP 2011 se concentra somente nos países que não fazem parte do OCDE. O número total de países classificados com este componente é de 83 este ano, o que representa um pequeno aumento em relação ao ano passado. Os autores acreditam que este problema de igualdade em gênero é especialmente relevante ao desenvolvimento dos países onde existem grandes disparidades em direitos à terra e onde grandes melhorias nestes direitos precisam ser feitas. Portanto, o foco neste componente em países que não pertencem à OCDE é apropriado.

Além de fornecer uma medida quantitativa da proteção dos direitos de propriedade, o relatório destaca vários aspectos dos direitos de propriedade através de estudos de casos. Este ano, os autores colaboraram com as organizações parceiras para identificar problemas que precisam de maior elaboração no índice. Os estudos de casos (encontrados na versão original em inglês) apresentam uma oportunidade de chamar atenção para os aspectos em direitos de propriedade que mesmo o índice mais abrangente não teria conseguido acessar. Eles também destacam os desenvolvimentos dos direitos de propriedade em diversas regiões do mundo com o objetivo clarificar e compelir evidências para um papel mais positivo no desenvolvimento econômico. O relatório de 2011 contém cinco estudos de casos sobre vários problemas em direitos de propriedade.

O IIDP 2011 baseou-se nas edições anteriores para fornecer uma medida em direitos de propriedade mais completa. Apesar das melhorias significativas através dos anos, existem limitações de dados e desafios como a coleta e a interpretação. Estamos confiantes de que as futuras edições deste relatório vão dirimir progressivamente estes problemas.

Organizações Parceiras Globais

Nós gostaríamos de dar nossos sinceros agradecimentos às organizações parceiras pelo seu comprometimento e dedicação em informar e promover os direitos de propriedade em seus respectivos países ao redor do mundo. Agradecemos também nossos parceiros em nos fornecer feedback e ideias que nos permitiram identificar áreas a serem aperfeiçoadas e tornar este índice uma ferramenta ainda mais útil para o avanço dos direitos de propriedade.

Este ano, nosso parceiros foram as seguintes organizações:

Adriatic Institute for Public Policy (AI) – Croácia**www.adriaticinstitute.org**

O Adriatic Institute é um think tank pro-mercado independente, fundado em 2004, em Rijeka, Croácia. AI se dedica ao avanço da liberdade econômica e defende as reformas de livre mercado na Croácia e sudeste europeu. AI promove o pensamento inovador, as soluções pró-crescimento que foram implantadas com sucesso no leste europeu em países pós-comunistas. Com seus acadêmicos e pesquisadores comprometidos, a entidade tem se dedicado à pesquisa, conferências e eventos estratégicos que estimulam a competição de ideias.

Albanian Socio Economic Think Tank (ASET) – Albânia**www.aset-al.org**

O Albanian Socio Economic Think Tank é uma organização sem fins lucrativos estabelecida em 1999. Seu objetivo é de promover o desenvolvimento econômico e bem-estar social. ASET já desenvolveu mais de 30 projetos em cooperação com diferentes organizações nacionais e internacionais tais como o governo da Albânia, vários ministérios federais, Banco Mundial, Fundação SOROS, Embaixada Norte-Americana, IFAD, GTZ, SEED, e GDN entre outros.

Alternate Solutions Institute – Paquistão**www.asinstitute.org**

O Alternate Solutions Institute é o primeiro think tank pró-mercado no Paquistão. Ele é uma entidade independente, sem fins lucrativos, não-governamental de pesquisa educacional, estabelecida para promover o bem-estar do povo para o povo, baseado na ajuda mútua e livre cooperação. A filosofia que influencia o instituto é baseada nos valores de governo limitado, Estado de Direito, proteção dos direitos de propriedade, economia de mercado, liberdade individual e iniciativa privada.

Asociación de Consumidores Libres – Costa Rica**www.consumidoreslibres.org**

A Asociación de Consumidores Libres é uma associação sem fins lucrativos, criada para defender os direitos dos consumidores para a livre escolha. Seus objetivo é de defender todos os direitos do consumidor contra o estado, os produtores e os fabricantes. A Asociación de Consumidores Libres defende o direito ao comércio, que inclui o direito de comprar produtos e serviços de qualquer licitante, independente de raça, religião, nacionalidade e outra característica.

Association for Liberal Thinking – Turquia**www.liberal.org.tr**

A Association for Liberal Thinking (ALT), foi criada em Dezembro de 1992. Os seus objetivos como organização sem fins lucrativos e não-governamental são de introduzir ao público turco, a riqueza da tradição intelectual, que é a base da civilização democrática liberal, através de atividades que promovam o entendimento e aceitação dos valores e conceitos como liberdade, justiça, tolerância, paz, direitos humanos, estado de direito, apoiando e contribuindo para soluções efetivas para os problemas políticos e econômicos do país dentro do pensamento liberal.

Austrian Economics Center (AEC) – Áustria

O AEC promove ideias da Escola de Economia Austríaca. Seu principal objetivo é de ajudar a criar uma sociedade livre e responsável. O centro trata questões sobre economia e política social, oferecendo estudos e soluções em base científica. Outro objetivo é de melhorar o entendimento do público sobre questões econômicas necessárias à promoção de uma sociedade livre.

Bishkek Business Club – República do Quirguistão

www.bdk.kg

O Bishkek Business Club é uma associação pública fundada como uma organização sem fins lucrativos. O instituto procura melhorar sobremaneira o ambiente empresarial na República do Quirguistão e tenta transformar o país no maior centro dinâmico de negócios. O Clube procura ajudar os cidadãos a acessar mais informações sociais, tecnológicas e sistemas mundiais econômicos. Ele empenha em tornar-se uma organização confiável que terá um impacto nas soluções estratégicas regionais.

Cathay Institute for Public Affairs – China

www.jiuding.org

O Cathay Institute é uma organização de livre mercado na China, que conduz pesquisa sobre questões de livre empresa no país e ao redor do mundo.

Center for the Dissemination of Economic Knowledge for Freedom (CEDICE) – Venezuela **www.cedice.org.ve**

Fundado em 1984, o CEDICE é uma associação privada apartidária e sem fins lucrativos. Dedicar-se à disseminação, pesquisa, educação e promoção de ideias de livre mercado, liberdade individual e governo limitado. O CEDICE promove a iniciativa privada, democracia, direitos de propriedade e conduz atividades que proporcionem um melhor entendimento do sistema de livre mercado e de sociedades livres e responsáveis.

Center for Entrepreneurship and Economic Development (CEED) – Montenegro

O Center for Entrepreneurship and Economic Development foi fundado em 1993 para apoiar o empreendedorismo e o desenvolvimento econômico. Ele entende a importância da aplicação de conceitos internacionais de desenvolvimento de negócio testados para o ambiente local. As atividades do centro incluem treinamento e facilitação de novos negócios, consultoria empresarial e criação de recomendações em análise política.

Center for Free Enterprise (CFE) – Coreia do Sul

www.cfe.org

Estabelecido em 1997, o Center for Free Enterprise divulga a pesquisa, educação e publicações sobre o liberalismo clássico e os princípios de mercado por toda a Coreia. O CFE também se tornou um meio dos economistas pró-mercado informarem à população da Coreia sobre seus princípios e pesquisas.

Center for Institutional Analysis and Development (CADI) – Romênia www.cadi.ro

O Center for Institutional Analysis and Development é um centro de pesquisa, divulgação e consultoria na promoção de intuições que defendem as liberdades econômicas e cíveis. O CADI se transformou numa entidade guarda-chuva para libertários, liberais clássicos, neoconservadores e outros ramos de centro-direita. As atividades do CADI vão desde debates públicos e seminários à publicações em apoio às políticas públicas.

Center for Liberal-Democratic Studies (CLDS) – Sérvia www.clds.org.rs

O CLDS é um think tank independente que estuda políticas públicas, publica propostas e organiza seminários sobre assuntos em políticas públicas como parte de sua missão de influenciar o discurso público e assuntos na Sérvia.

Center for Mozambican and International Studies (CEMO) – Moçambique

O CEMO é uma nova associação sem fins lucrativos que promove análises em profundidade e discussão sobre estratégias em políticas públicas e áreas de governança e desenvolvimento. Ele procura avançar na partilha de conhecimento em áreas da ciência e tecnologia, política, economia, cultura e sociedade. Sua missão é de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico de Moçambique e de produzir pensamento inovador para nossa sociedade através de pesquisa, debates e análises em políticas públicas.

Center of Research for Development (CIDAC) – México www.cidac.org

O CIDAC é um think tank sem fins lucrativos que realiza pesquisa e propõe opções políticas viáveis para o desenvolvimento econômico e democrático do México. A organização procura promover o debate plural e aberto na busca do Estado de Direito e democracia, economia de mercado, desenvolvimento social, e reforço das relações entre os EUA e o México. O CIDAC oferece os resultados de seu trabalho para o público em geral para o enriquecimento do debate público e contribuindo para decisões relevantes no país.

Central Asian Free Market Institute -- República do Quirguistão www.freemarket.kg

The **Central Asian Free Market Institute** (CAFMI) é um think tank independente, sem fins lucrativos, fundado em 06 de abril de 2009, com escritórios em Bishkek e Dushanbe, além de atividades em expansão no Tajiquistão e Casaquistão. Os especialistas do CAFMI pesquisam problemas em políticas públicas da Ásia Central.

Centre for Civil Society – Índia www.ccs.in

O Centre for Civil Society é uma organização independente, sem fins lucrativos, de pesquisa educacional dedicada ao melhoramento da qualidade de vida de todos os cidadãos da Índia, através de uma sociedade civil revigorada.

Centre for Policy Research (CPR) – Índia**www.cprindia.org**

O CPR é um instituto independente e apartidário, think tank e um dos 27 institutos nacionais em pesquisa da ciência social reconhecido pelo Indian Council of Social Science Research (ICSSR) do governo indiano. Seus objetivos principais são de fornecer soluções criativas em liderança para solucionar questões sobre políticas públicas e intelectuais. O CPR é reconhecido pela sua perspectiva multidisciplinar e uma mescla de bolsas de estudo e práticas profissionais.

Centro de Investigaciones de Instituciones y Mercados de Argentina (CIIMA-ESEADE) – Argentina**www.ciima.org.ar**

O CIIMA é o Centro de Pesquisa em Instituições e Mercados na Argentina, think tank em políticas públicas que faz parte da ESEADE Graduate School em Buenos Aires. Sua missão é de avaliar e promover as instituições que permitam que os mercados funcionem propriamente, enfocados nos direitos de propriedade, contratos e liberdade individual.

Civita – Noruega**www.civita.no**

O Civita esforça-se em aumentar o consenso da importância dos princípios da economia de mercado e suas implicações no bem-estar social, liberdade e democracia. O Civita também se dedica em promover a responsabilidade individual e da sociedade civil através da pesquisa e exposição de publicações, seminários, conferências e informações gerais ao público.

Competere – Itália**www.competere.eu**

O Competere é um think tank italiano que promove uma maior liberdade de mercado assim como liberdade individual para criar prosperidade aos indivíduos e suas comunidades. Seu propósito não somente é de divulgar os valores do liberalismo, mas também de desenvolver e implementar a política do liberalismo clássico e contribuir para o melhoramento da economia italiana, através da criação de um mercado mais competitivo e menos presença governamental, uma mão-de-obra mais qualificada e um mercado de trabalho mais flexível. Os projetos da entidade enfocam as urgências e problemas das empresas operando nos mercados italiano e europeu.

EBI Think Tank Institute (EBI) – Mongólia**www.ebi.mn**

O EBI, fundado em 2008, é um think tank apartidário e sem fins lucrativos, baseado em Ulaanbaatar. Sua missão é de descobrir, desenvolver e apoiar os empreendedores intelectuais que possam avançar a visão do instituto de uma sociedade de livre empresa e desenvolvimento democrático. Ele procura alcançar sua missão através da identificação, recrutamento e seleção de pessoas excepcionais na política e no governo, para aumentar o número de líderes em política pública.

Eudoxa – Suécia**www.eudoxa.se**

O Eudoxa é um think tank baseado em Stockholm, Suécia. Seu foco principal é de justificar o impacto cultural de tecnologias emergentes através da integração da pesquisa com as ideias de livre mercado e os pensamentos de experimentação, inovação e descentralização.

European Coalition for Economic Growth (ECEG) – Áustria**www.e-growth.eu**

A ECEG age como um hub europeu de rede e coopera com mais de 100 organizações em política pública. Ela promove as ideias de economia de mercado, da Escola de Economia Austríaca e a escolha pública como alternativas econômicas viáveis para a Áustria e para a europa, não somente como think tank mas como um instituto acadêmico. Mais ainda, a ECEG responde questões sobre iliteracia pública sobre economia, política social, e oferece estudos científicos e soluções para melhorar o entendimento público sobre questões chaves econômicas envolvendo a promoção de uma sociedade livre.

F.A. Hayek Foundation (FAHF) – Eslováquia**www.hayek.sk**

A FAHF, foi fundada por um grupo liberal de economistas eslovacos e sua principal missão é o estabelecer uma linha de pensamento liberal no país. Desta tradição liberal a fundação procura oferecer propostas práticas de reformas para problemas sociais e econômicos com soluções de mercado. A entidade procura também ampliar e divulgar as ideias do liberalismo clássico para o processo de reforma em todo o país, proporcionando uma plataforma para a troca de opiniões entre especialistas e o público, além de desenvolver os valores e ideias liberais.

F.A. v. Hayek Institute – Áustria**www.hayekinstitut.at**

O F.A. v. Hayek Institute foi fundado em 1993 para celebrar o trabalho do prêmio Nobel Friedrich August von Hayek e promover as ideias da Escola de Economia Austríaca. É uma instituição privada e independente de pesquisa acadêmica. O instituto colabora com outros think tanks da mesma linha de pensamento e organiza conferências acadêmicas, seminários que lidem com temas econômicos atuais.

The Free Market Foundation – África do Sul**www.freemarketfoundation.com**

A Free Market Foundation é uma organização independente e sem fins lucrativos, fundada em 1975, para promover a sociedade aberta, o Estado de Direito, a liberdade individual, a liberdade econômica e de imprensa, como componentes fundamentais dos direitos humanos e da democracia baseada nos princípios do liberalismo clássico.

Friedrich Naumann Foundation – Alemanha**www.freiheit.org**

A Friedrich Naumann Foundation é uma organização independente, sem fins lucrativos e não-governamental, comprometida com a promoção da política liberal e políticos. Sua origem vem da Alemanha e a Fundação promove a liberdade através da dignidade humana como condição básica da sociedade, onde as pessoas podem viver livres e em paz. A Fundação apoia vários projetos em cooperação com organizações parceiras na África e também é ativa em mais de 50 países no mundo.

Frontier Centre for Public Policy – Canadá**www.fcpp.org**

O Frontier Centre for Public Policy é um think tank independente em políticas públicas, baseado no oeste do Canadá. Sua missão é de desenvolver e popularizar as escolhas em políticas públicas que vão ajudar a região da pradaria do Canadá a usar seu amplo mas não descoberto potencial econômico.

Fundación Atlas 1853 – Argentina**www.atlas.org.ar**

A Fundación Atlas 1853 é uma organização apartidária e sem fins lucrativos, estabelecida em 1998. Sua missão é de liderar a mudança em direção à uma sociedade aberta baseada na defesa da liberdade individual, existência de limites institucionais para a ação do governo, economia de mercado, propriedade privada, livre empresa e o Estado de Direito.

Fundación IDEA – México**www.fundacionidea.org.mx**

A Fundación IDEA foi recentemente criada, e é um centro apartidário e sem fins lucrativos, localizado na cidade do México. Sua missão é de conduzir pesquisa independente, análise, e avaliação da política pública no país e em outros países em desenvolvimento. Ela faz recomendações em políticas públicas para a melhoria das políticas e programas que garantam igualdade de oportunidade através do desenvolvimento econômico, educação e redução da pobreza.

Fundación Libertad – Argentina**www.libertad.org.ar**

A Fundación Libertad é uma organização sem fins lucrativos cujo objetivo é de promover as ideias liberais no campo social, através da pesquisa e difusão de políticas públicas relacionadas nas áreas socioeconômicas e de negócios. Ela foi criada em Rosário em 1988 por um grupo de empresários, profissionais e intelectuais e tem o apoio de mais de 200 empresas privadas. Suas atividades incluem cursos, seminários, pesquisas e publicações, além da importante presença na mídia através de suas próprias colunas e programas.

Fundación Libertad – Panamá**www.fundacionlibertad.org.pa**

A Fundación Libertad é uma organização sem fins lucrativos, estabelecida na República do Panamá em 2001. Sua missão é de divulgar e defender os princípios da liberdade individual e de promover uma sociedade livre e cidadãos responsáveis.

IMANI Center for Policy and Education – Gana**www.imanighana.org**

O IMANI, fundado em 2004, é uma organização sem fins lucrativos e não-governamental na África, dedicada à educação da sociedade nos princípios da livre economia, à promoção da conscientização pública em relação às políticas que afetam os negócios, governo e sociedade civil. Através de seminários, publicações e artigos, o IMANI e seus parceiros internacionais procuram promover a investigação esclarecedora baseada em valores sólidos e bolsas de estudo.

The Initiative for Public Policy Analysis (IPPA) – Nigéria**www.ippanigeria.org**

A IPPA é um instituto de pesquisa em políticas públicas na Nigéria. Criada em 2001, a IPPA é focada nos princípios e instituições que definem uma sociedade livre e aberta, especialmente na África e Nigéria. Também faz pesquisa em políticas públicas, incluindo desenvolvimento da economia, comércio, empreendedorismo, direitos de propriedade, educação, meio ambiente, saúde e segurança.

Institut Constant de Rebecque – Suíça**www.institutconstant.ch**

O Institut Constant de Rebecque é um think tank independente e sem fins lucrativos na Suíça. Ele promove um ambiente favorável ao crescimento individual, iniciativa privada, e livre empresa através de uma rede de pensadores, pesquisadores, acadêmicos. Para este fim, o instituto desenvolve soluções inovadoras e sustentáveis para os desafios atuais e estende para o debate público.

Institute of Political Economy – Equador**www.ieep.org.ec/en/**

O Ecuadorian Institute of Political Economy, IEPE, é uma organização dedicada à análise de políticas públicas e à disseminação de ideias de liberdade no Equador. Foi fundada em 1991 por Dora de Ampuero como uma entidade privada, independente e sem fins lucrativos. O IEPE é financiado suas atividades através de doações voluntárias de indivíduos, empresas e fundações. Ele faz pesquisas relacionadas com problemas sociais e econômicos que afetam o país dentro do estrutura de liberdades individuais, propriedade privada, livre mercado e governo limitado e responsável.

Institute for Democracy and Economic Affairs (IDEAS) – Malásia**www.ideas.org.my**

O IDEAS é o primeiro think tank na Malásia dedicado à promoção de soluções pró-mercado para desafios em políticas públicas. É uma organização independente e sem fins lucrativos. O instituto também trabalha com o espectro político. A proposta é avançar os princípios pró-mercado através de uma rede abrangente de especialistas que comungam os mesmos ideais.

The Institute for Free Enterprise (IUF) – Alemanha**www.iuf-berlin.org**

O IUF é um think tank pró-mercado na Alemanha. O instituto trabalha para uma mudança política ao desenvolver conceitos de reformas com especialistas locais e internacionais. Estas ideias são depois repassadas aos formuladores de políticas públicas, desafiando a mentalidade intervencionista.

Institute of Future Studies for Development (IFD) – Tailândia**www.ifd.or.th**

O Institute of Future Studies for Development é uma organização acadêmica sem fins lucrativos que visa estimular a visão de longo prazo por um desenvolvimento holístico na sociedade Tailandesa, especialmente na área da economia, recursos humanos e desenvolvimento nacional.

Institute for Liberty and Democracy – Peru**www.ild.org.pe/**

O Institute for Liberty and Democracy (or ILD) é um think tank sediado em Lima, dedicado à promoção dos direitos de propriedade nos países em desenvolvimento. Ele fornece seu conhecimento e informação a governos que queiram realizar reformas em direitos de propriedade e empresariais, permitindo que os cidadãos sejam incluídos na economia de mercado, e desta forma consigam sair da pobreza por si mesmos e prosperem.

Institute for Market Economics (IME) – Bulgária**www.ime.bg**

Estabelecido em 1993, o IME é o primeiro e mais antigo think tank independente em política econômica na Bulgária. Sua missão é elaborar e defender soluções pró-mercado que desafiam os cidadãos do país e da região para enfrentar reformas. O instituto fornece avaliação independente e

análise das políticas econômicas governamentais, procura também ser o ponto focal para a troca de visões sobre economia de mercado e assuntos de política pública relevante.

Institute of Public Affairs (IPA) – Austrália

www.ipa.org.au

O IPA é um think tank independente e sem fins lucrativos, dedicado à preservação e reforço das fundações da liberdade econômica e política. Desde 1943, o instituto tem estado à frente do debate político, definindo o cenário político contemporâneo. O IPA apoia as ideias de livre mercado, livre fluxo de capitais, governo limitado e eficiente, política pública baseada em evidências, Estado de Direito e democracia representativa.

Instituto de Libre Empresa (ILE) – Peru

www.ileperu.org

O ILE foi fundado em 1998, e é um think tank peruano sem fins lucrativos, estabelecido em Lima, e que defende um sistema de livre empresa sob os valores e virtudes do governo limitado, direitos de propriedade privada e mercados livres.

Instituto Liberdade (IL-RS) – Brasil

www.il-rs.org.br

O Instituto Liberdade do Rio Grande do Sul (IL-RS) foi fundado em 1986, e é um think tank brasileiro independente e sem fins lucrativos, cuja missão é a promoção da pesquisa, criação e disseminação de ideias do Liberalismo Clássico e da Escola de Economia Austríaca. Ele é um centro de pesquisa em políticas públicas, localizado dentro do Parque Científico e Tecnológico da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – TECNOPUC. O instituto alcança seus objetivos ao mostrar as vantagens de uma sociedade organizada para todos os indivíduos, baseada nos princípios dos direitos individuais, livre mercado, governo limitado e representativo, respeito às propriedades privadas e contratos, e iniciativa privada.

International Research Foundation (IRF) – Omã

www.irfoman.org

A International Research Foundation é um think tank econômico independente e sem fins lucrativos, dedicado ao mundo árabe, focado na pesquisa e agenda de assuntos políticos em nível acadêmico, dependendo do input de seus pesquisadores, diretoria editorial e bolsistas seniores. Sua visão é de promover o crescimento através da liberdade econômica, e sua missão é de medir, pesquisar e divulgar para uma audiência regional e global, o impacto dos mercados competitivos no bem-estar dos indivíduos.

Iraq Institute for Economic Reform (IIER) – Iraque

www.iier.org

O Iraq Institute for Economic Reform é um instituto de pesquisa independente, baseado em Bagdá. Sua missão é apoiar o Iraque em sua transição para uma economia de mercado, através da promoção de reformas baseadas em pesquisa sólida e estudo de casos. O instituto procura estruturar um sistema formal de direitos de propriedade e ajudar no desenvolvimento eficaz de uma sociedade civil, através

da promoção de debate vigoroso em política pública, entre grupos de interesse, sobre o futuro do Iraque.

Jerusalem Institute for Market Studies (JIMS) – Israel

www.jims-israel.org

O JIMS é um think tank econômico independente, sem fins lucrativos, cuja missão é promover o progresso social em Israel através da liberdade econômica e individual. Fundado em 2003, tornou-se rapidamente um dos think tanks mais bem sucedidos no país. O instituto publica regularmente trabalhos e editoriais em política econômica, administra uma série de projetos invadidos privados educacionais, e uma pesquisa de opinião pública chamada: Israel Panel Study of Opinion Dynamics (IPSOD).

Liberales Institut – Suíça

www.libinst.ch

Fundado em 1979, o Liberales Institut tem a missão de pesquisar e disseminar as ideias de liberdade. O instituto avança a tradição suíça e a cultura da liberdade individual, paz, abertura, diversidade política e apoia o desenvolvimento da tradição liberal intelectual

Libertad y Desarrollo – Chile

www.lyd.com

O Libertad y Desarrollo é um centro de estudo e pesquisa privado – um think tank – independente de qualquer afiliação política, religiosa, empresarial e governamental. O instituto se dedica à análise de políticas públicas e à promoção de valores e princípios da sociedade livre. Para alcançar este objetivo, o instituto se organiza ao redor de atividades pragmáticas.

Liberty Institute – Índia

www.indefenceofliberty.org

O Liberty Institute é um think tank independente dedicado à habilitação das pessoas através do aproveitamento do poder do mercado. Ele procura construir o entendimento e a apreciação em cima de 4 pilares institucionais da sociedade livre – direitos individuais, Estado de Direito, governo limitado e livre mercado. O instituto oferece um número de atividades, como pesquisa e defesa de questões em políticas públicas. Ele organiza conferências e seminários e tem um programa de publicações. Também trabalha com uma gama de assuntos em política pública que inclui desenvolvimento econômico e política de comércio, energia e qualidade ambiental, educação e saúde, democracia e reforma governamental, direitos de propriedade intelectual e inovação, entre outros.

Limited Government – Nepal

www.lgn.org.np

Fundado em 2007, o Limited Government é um instituto independente, apartidário, sem fins lucrativos, de pesquisa e educação. Sua missão é facilitar o debate sobre ideias liberais entre líderes e a sociedade civil, através do cultivo de ideias pro-mercado em reformas de políticas públicas.

The Lion Rock Institute – Hong Kong

www.lionrockinstitute.org

O Lion Rock Institute foi fundado em 2004, e é um think tank em políticas públicas que defende soluções de livre mercado para os desafios em política em Hong Kong. O instituto adota mercados

livres e aberto, direitos de propriedade, governo mínimo, baixos impostos e restrições mínimas para o ambiente de negócios.

Ludwig von Mises Institute – Polônia

www.mises.pl

O Ludwig von Mises Institute é um centro independente e sem fins lucrativos, para a pesquisa e educação na Polônia. Seu principal objetivo é de conscientização social dos processos econômicos, das instituições básicas da economia *laissez-faire*. Também promovem relações baseadas em livre arbítrio e cooperação pacífica entre indivíduos. O Mises Institute se inspira da tradição da Escola de Economia Austríaca e produz material sobre liberalism clássico e pensamento político libertário.

Minimal Government Thinkers, Inc. – Filipinas

www.minimalgovernment.net

A Minimal Government Thinkers, Inc. é um think tank independente e fundamenta-se em cinco princípios: estado mínimo, impostos mínimos, livres mercados, Estado de Direito e responsabilidade pessoal. A entidade acredita que a sociedade será mais pacífica e dinâmica se os indivíduos, empresas e as organizações voluntárias assumirem mais responsabilidades individuais e voluntárias em suas vidas, suas famílias e comunidades.

The Nassau Institute – Bahamas

www.nassauinstitute.org

Fundado em 1995, o Nassau Institute é um think tank que promove o capitalismo e livre mercado. Sua missão é criar e promover políticas públicas para o Bahamas, baseado nos princípios de governo limitado, liberdade individual e Estado de Direito. O instituto incentiva o resgate à pesquisa histórica promovendo a livre iniciativa da comunidade.

New Economic School (NESG) – Geórgia

www.nesg.net

A NESG é uma instituição sem fins lucrativos orientada para a criação da opinião pública, baseada no pensamento liberal clássico econômico. Suas ideias principais são individualismo metodológico, liberdade pessoal e governo limitado. As atividades da organização incluem a disseminação do conhecimento econômico através de seminários, conferências, publicações, traduções, palestras públicas, etc. Está envolvida no processo de desenvolvimento da política pública através de encontros, debates e comissões governamentais.

New Zealand Business Roundtable – Nova Zelândia

www.nzbr.org.nz

A New Zealand Business Roundtable é uma organização que compreende primariamente os chefes executivos das maiores empresas, comprometidos na contribuição para o desenvolvimento de políticas sólidas, que reflitam os interesses nacionais em geral. Foi fundada na crença de que um setor empresarial saudável e dinâmico e mercados abertos e competitivos são fundamentais para alcançar prosperidade econômica e uma sociedade justa.

OHRID Institute for Economic Strategies and International Affairs – Macedônia www.oi.org.mk

O OHRID Institute é um think tank independente e sem fins lucrativos. Ele está comprometido em prover equilíbrio ao discurso político na Macedônia, através da condução de pesquisa em política econômica, promoção do setor privado e reforma de livre mercado, atuando como vigilante das atividades do governo para assegurar transparência. O instituto procura contribuir para o desenvolvimento do país em uma sociedade democrática pró-mercado.

Pal-Think for Strategic Studies – Palestina

www.palthink.org

O Pal-Think for Strategic Studies é um think tank independente, sem fins lucrativos, apartidário e não-governamental, que tem o objetivo de estimular e inspirar as discussões públicas racionais e o consenso de bem-estar dos palestinos e da região. Pal-Think foi criado em 2007, em Gaza-Palestina, por um grupo de pesquisadores palestinos e ativistas comunitários que possuem conhecimento e relacionamento no Oriente Médio, seus problemas atuais, potencialidades e possibilidades.

Polish-American Foundation for Economic Research and Education (PAFERE) – Polônia
<http://www.pafere.org>

A PAFERE é uma organização independente, não-governamental e dedicada à educação e promoção do livre mercado, liberdade econômica, livre comércio e propriedade privada. Ela também estuda a relação da ética econômica e o desenvolvimento das ciências econômicas. Os principais objetivos da PAFERE são de divulgar o conhecimento básico econômico e o entendimento da relação entre ética e economia, de promover a pesquisa em economia de livre mercado, e de expor os mitos e falácias econômicos.

Samriddhi Foundation –Nepal

www.samriddhi.org/

Emulando os princípios de práticas democráticas reconhecidas do século XXI, a Samriddhi Fundação de Prosperidade está registrada na legislação do Nepal como uma organização sem fins lucrativos. A entidade acredita no poder do povo e reconhece os indivíduos como o topo do poder central.

Timbro – Suécia

www.timbro.se

Desde 1978, a Timbro tem defendido o livre mercado, o livre comércio e as sociedades livres. A missão da Timbro é criar, promover e disseminar as ideias e temas que apoiem os princípios do livre mercado, livre empresa, liberdade individual e a sociedade livre.

The Unirule Institute of Economics – China

<http://english.unirule.org.cn/>

O **Unirule Institute of Economics** (Unirule) é um think tank independente, sem fins lucrativos, não governamental, criado em Julho de 1993 por cinco destacados economistas, Prof. Mao Yushi, Prof. Zhang Shuguang, Prof. Sheng Hong, Prof. Fan Gang e Prof. Tang Shouning. Unirule se dedica ao intercâmbio de ideias em economia em geral, com o foco em economia institucional, e é considerado uma entidade de prestígio nos círculos acadêmicos.

A Ukrainian Reform Support Foundation é uma organização pública sem fins lucrativos, fundada em 1993, com o objetivo de incentivar as reformas econômicas na Ucrânia, em direção à criação de uma sociedade auto-governável, economicamente eficiente e um estado democrático Ucrâniano.

The Zambia Institute for Public Policy Analysis (ZIPPA) – Zâmbia

Fundado em 2004, o ZIPPA é um instituto de pesquisa educacional independente e apartidário. Sua missão é promover uma ampla apreciação do papel chave que os livres mercados e competição têm sobre o desenvolvimento econômico. ZIPPA apoia a pesquisa em assuntos econômicos e políticas públicas, organiza debates sobre assuntos socioeconômicos. Ele se esforça em divulgar os princípios do livre mercado através de seminários, workshops e conferências, publicações e distribuição de livros, folhetos, artigos, além de trocar ideias com pessoas e organizações afins na Zâmbia e internacionalmente.

Prefácio

Direitos de Propriedade e Ação Coletiva: Administrando a Barganha Faustiana

Por Richard E. Wagner da George Mason University

Se você se direcionar na internet para as imagens do Google e digitar “Península Coreana à noite,” você verá uma variedade de fotos de satélite que mostram a Coreia do Sul bem iluminada, enquanto que a Coreia do Norte aparece no escuro. Algumas fotos vão mostrar os territórios adjacentes da China e do Japão. Estes territórios também são bem iluminados embora a China não tanto quanto o Japão. Diz-se que uma imagem vale mais do que mil palavras. Neste respeito, estas imagens do espaço contam uma história de como a propriedade privada promove o desenvolvimento humano, enquanto que propriedade coletiva prejudica.

Esta história não é nova. É antiga e remonta pelo menos aos clássicos gregos e ao debate entre Platão e Aristóteles sobre como criar crianças. Platão propôs que as crianças fossem criadas coletivamente para evitar que algumas crianças ganhassem vantagem, porque seus pais os tratavam de maneira especial. O problema do programa de Platão, dizia Aristóteles, era que todas as crianças seriam tratadas com igual indiferença, levando à degradação delas todas.

Esta argumentação antiga está viva comparando a Coreia do Sul e do Norte. A Coreia do Norte se baseia em propriedade comunal e a Coreia do Sul em propriedade privada. As pessoas normalmente têm poucos incentivos para desenvolver uma propriedade comum e ao mesmo tempo alto incentivo para abusar da terra. Suponhamos que um lago seja mantido em comum por mil residentes locais. Alguém que pescar um peixe jovem vai ter um forte incentivo de mantê-lo do que devolver ao lago e deixar que outra pessoa o pesque. É melhor ter um peixe pequeno do que nenhum. Assim, a propriedade comunal sofre uma degradação a menos que seja administrada de uma maneira voluntária,

como Elinor Ostrom explica em “*Governing the Commons*”, que é uma análise da governança econômica especialmente dos bens comuns.

Enquanto que o mundo nos apresenta disposições particulares de governança humana, a aparente complexidade superficial depende de dois princípios simples. Um princípio é a propriedade privada, que vincula responsabilidade individual às consequências de seus atos/ações. O outro princípio é a propriedade comunal, onde as consequências são difusas por toda a sociedade. Estabelecer-se em propriedade privada permitiu a iluminação na Coreia do Sul; estabelecer-se em propriedade comunal proporcionou a escuridão na Coreia do Norte.

No final do século XVIII, Adam Smith concluiu que “pouco se faz necessário para levar um estado do mais baixo barbarismo para o mais alto grau de opulência com paz, impostos fáceis e uma tolerável gestão de justiça; o restante segue o curso natural das coisas.” A conclusão dele nos apresenta um enigma. Deveria certamente existir um acordo universal de que liberdade e opulência são superiores à servidão e à destituição. No entanto, liberdade e opulência não dominaram a história humana e estão longe de serem universais atualmente. A interação humana é somente governada incompletamente por princípios da propriedade privada. Diante do desejo universal de liberdade e opulência, como podemos justificar a limitada posição da propriedade privada na organização da governança humana através do mundo? Os problemas técnicos e morais estão envolvidos na limitação do alcance da propriedade privada.

Tecnicamente a propriedade privada necessita um aparato administrativo de acordo. Os bens de propriedade precisam ser estabelecidos e registrados. Transferências de propriedade devem ser igualmente registradas. Tais registros são necessários para resolver disputas de posse que inevitavelmente acontecem. As disputas de posse, por sua vez, necessitam que acordos institucionais sejam desenvolvidos e seus processos associados e com procedimentos. Existem diferentes caminhos que este desenvolvimento pode seguir e que funcionam com qualidades variáveis. Este aparato administrativo, acima de tudo, deve ser aplicado por pessoas que sejam comprometidas com suas atividades em diferentes graus de habilidade e integridade. Os talentos e capacidades necessários para acomodar a governança da propriedade privada são muitos e variados.

Enquanto que a importância desta parte técnica não deva ser menosprezada, os mais sérios obstáculos à propriedade privada são certamente morais. A governança humana, através da propriedade privada, necessita que as pessoas se comprometam responsabilmente pelas consequências de seus atos e que evitem interferir da mesma forma nas ações de outros. Você pode abrir um negócio mas também precisa evitar interferir que outras pessoas abram os seus negócios, mesmo que o negócio seja concorrente. Se o seu empreendimento for mal, você será responsável pelo prejuízo. Esta vinculação moral da responsabilidade individual abrange perdas e ganhos.

Esta moral é constantemente enfraquecida pela ação governamental, mais em alguns países do que outros. O poder do governo inevitavelmente envolve uma forma de barganha Faustiana: um governo pode usar a força para conseguir um bem mas também vai produzir um dano/prejuízo. Um bem é garantido até o ponto que um governo usar seus poderes para garantir os direitos de propriedade privada, como exemplo da eficiente manutenção dos registros e da gestão imparcial da justiça. Mas o poder nunca é usado somente para o bem; esta é a barganha Faustiana empregada. Os governos necessitam quantias modestas de impostos para apoiar estas atividades universais benéficas. Mas os governos nunca são módicos em seus apetites por rendimentos ou por poder.

Uma gestão imparcial da justiça requer muito mais do que uma modesta receita e leva o governo a ser um participante na vida de uma sociedade. Os funcionários do governo são como assistentes de cenário. Os governos podem usar seus poderes reguladores e seus impostos para

impulsionar seus servidores para o palco central. Isto acontece facilmente e sempre traz consequências danosas como aconteceu com a recente crise de crédito mundial.

No fundo, o crédito é um simples contrato que diz respeito ao uso da propriedade privada. Um mutuante dá uma custódia temporária da propriedade para um tomador. Se o tomador não devolve a propriedade de acordo com os termos do contrato, o governo apoia o mutuante a fazer cumprir o que está acordado. Se o bem que foi alugado é intangível, em contraste com o caráter tangível de um contrato de aluguel de casa ou carro, não quer dizer que haja mudança na natureza simples de uma transação de crédito.

Todas as complicações que surgem com os contratos de crédito são as manifestações governamentais forçando seus caminhos para o palco central. Os contratos acabam não sendo mais relações simples entre mutuantes e tomadores. Os governos acabam sendo participantes ativos nestas relações e de forma especial, afastando-se da gestão imparcial da justiça. Algumas ações governamentais protegem tomadores que não pagam seus empréstimos. Outras ações obrigam mutuantes a fazer empréstimos que não fariam se existisse gestão imparcial da justiça. E outras ações governamentais recompensam mutuantes que apoiam este movimento ao palco central pelos servidores.

Em sua publicação chamada “*Systems of Survival*”, Jane Jacobs descreve uma sociedade que envolve portadores de duas síndromes morais distintas: comercial e guardiã. Nesta arquitetura social, os portadores da síndrome comercial ocupam o palco central e os portadores da síndrome guardiã apoiam os portadores da síndrome comercial através da gestão imparcial da justiça. O poder é contido razoavelmente nesta sociedade mas nunca domado. Em certo momento o poder rompe a sua retenção e se mistura entre a comercial e a guardiã, o que Jacobs descreve como “híbridos morais monstruosos.” Em vez de procurar competir para desenvolver novos produtos, os negócios acabam competindo para apoiar esforços governamentais de restringir a habilidade de outros para competir. Em vez de ficarem satisfeitos em fazer cumprir os contratos comerciais, os funcionários públicos movem-se para o palco central tornando-se participantes na atividade comercial.

Apesar da imensa complexidade que vemos nos sistemas de governança das relações humanas, existem dois princípios contrastantes nos quais a governança pode ser assegurada. Um opera através da propriedade privada e responsabilidade individual. Outro opera através da propriedade comum e da responsabilidade coletiva. Com a propriedade privada nós somos o diretor de nossas ações e nossas relações com outras pessoas seguem um princípio de igualdade perante a lei. Com a propriedade coletiva, em contraste, nossas ações são direcionadas até certo grau para aqueles que possuem mais poder sobre nós, e para relações entre pessoas envolvidas em posições e atitudes de submissão e apelo.

Nenhum princípio funciona em sua forma pura é claro e nem poderia. Mas existe um bom motivo para se pensar que o trabalho da Aliança dos Direitos de Propriedade (Property Rights Alliance), em conscientizar as pessoas, de que os direitos de propriedade são a verdadeira base dos autênticos direitos humanos e que ajudarão a divulgar as bençãos da liberdade e prosperidade humana em todo o mundo.

Capítulo I: Introdução

“Ninguém tem a liberdade de atacar a propriedade e ainda dizer ao mesmo tempo que valoriza a civilização. A história dos dois não podem ser dispersada.” - Sir Henry Maine

O desenvolvimento econômico é ao mesmo tempo relativamente simples e impossívelmente difícil. Nós sabemos que é relativamente simples porque 235 anos atrás, Adam Smith conseguiu resumir em 3 palavras: divisão de trabalho. Enquanto visitava uma fábrica de alfinetes, ele observou que em vez de fazer cada alfinete do início ao fim, os trabalhadores se especializavam em um ou dois processos e depois passavam o produto para outro trabalhador. Este foco permitiu que os empregados pudessem se concentrar em suas habilidades e aumentar a produtividade, mesmo embora a fabricação de alfinetes tenha poucos processos. Mas Smith descobriu que os empregados um pouco mais produtivos, quando trabalham unidos, obtêm fantásticos aumentos de resultados. O mesmo princípio básico vale para pessoas que se especializam em uma indústria e trocam o seu excedente com outros que se especializam em outras indústrias. Quanto maior a produção, maior o consumo, que é, em essência, o desenvolvimento econômico. Simples.

E mesmo assim algo está faltando. Os países ricos industrializados são certamente caracterizados por especialização e divisão de trabalho. Mas grande percentual da população mundial ainda pratica em atividade econômica no que podemos chamar de auto-suficiência. De fato, países ricos industrializados são um fenômeno relativamente novo. Para a maioria da história da humanidade, a vida pode ser melhor descrita como pobre, desagradável, bruta e curta. Então, enquanto que o mecanismo de alcançar o desenvolvimento econômico é relativamente simples, o processo de fazer funcionar este mecanismo parece bem difícil. Se não fosse assim, todas estas sociedades pobres e estagnadas iriam (presumivelmente) se especializar e comercializar, e se tornarem ricas. O que é que os países ricos industrializados têm que outras sociedades não possuem?

A resposta é um sistema de garantia de direitos de propriedade. Os direitos de propriedade internalizam custos e benefícios e propiciam incentivos adequados para uma gestão dos recursos. Um fazendeiro tratará um lote de terra ou um trator ou um chapéu diferentemente do que se estivesse apenas colhendo os benefícios. Assim como um padeiro provavelmente irá assar pães e tortas para a venda se souber que ninguém vai confiscar os lucros de sua atividade. Os direitos de propriedade dão o incentivo ao padeiro para trabalhar.

Os direitos de propriedade também participam de um papel vital na alocação dos recursos para usos mais valorizados pela sociedade. Esta foi a primeira observação levantada pelo economista Ludwig von Mises, em debates acadêmicos sobre a eficiência do socialismo em 1920. Quando os bens privados são vendidos, eles são transferidos entre proprietários por um preço. Estes preços de mercado possuem importante informação sobre a escassez relativa dos recursos. Assim como um bem se torna mais escasso, seja através de uma redução da oferta ou um aumento da demanda, seu preço aumenta indicando para a sociedade que é mais valioso e que deveria somente ser usado para propósitos de maior valor. Mises observa que sem a propriedade privada, não há troca de mercados e sem mercados, não existem preços. Isto torna impossível alocar recursos eficientemente. Os carros deveriam ser fabricados com aço ou algum tipo de liga metálica? Um restaurante deveria usar talheres e pratos de plásticos ou outros mais duráveis? Sem preços para agirem como guia, as pessoas podem somente adivinhar as respostas de seus questionamentos. O resultado então é que os recursos serão usados com menos eficiência do que deveriam e a sociedade se torna pobre em consequência.

O Índice Internacional de Direitos de Propriedade ajuda a ilustrar o papel vital que os direitos de propriedade têm em proporcionar o bem-estar. Ao classificar os países de acordo com o respeito aos

direitos de propriedade, nós estamos aptos a fazer comparações e veremos as consequências de ter um sistema de direitos de propriedade fraco ou forte. Assim como qualquer estudo, existem limitações em nossa abordagem. Limitações de dados nos impede de classificar cada país por exemplo. Mas permanecemos confiantes de que este estudo certamente demonstra a relação positiva entre os direitos de propriedade e o desenvolvimento econômico.

Capítulo II: Direitos de Propriedade e Desenvolvimento Econômico

Um sistema de direitos de propriedade operante permite que os bens econômicos sejam produtivos para reduzir os custos de transação e incentiva a criação de valor excedente que pode ser reinvestido sem medo de expropriação. Muitas experiências de países em desenvolvimento ilustram a dificuldade em criar e manter um sistema de direitos de propriedade que funcione para todos os cidadãos. Por conseguinte, é muito importante que se continuem a destacar os benefícios dos regimes de direitos de propriedade porque facilitam o crescimento econômico e o desenvolvimento.

Direitos de Propriedade Privada

Os economistas identificaram pelo menos quatro formas onde os direitos inseguros de propriedade afetam negativamente a economia. Os professores de economia e ciência política da London School of Economics, Tim Besley e Maitreesh Ghatak, resumiram estas 4 formas. Primeira, os direitos de propriedade sem proteção aumentam o risco de expropriação, o que diminui os incentivos para investimento e produção. Segunda, os direitos de propriedade sem proteção diminuem a produtividade devido à necessidade de defesa da propriedade. Terceira, os direitos de propriedade sem proteção deixam de facilitar ganhos com a troca (i.e., se os direitos de propriedade não são completamente garantidos, os bens não podem ser transferidos para outros que possam usá-los eficazmente). E finalmente, a propriedade serve como uma importante ferramenta para apoiar outras transações, tais como obtenção de crédito por sua garantia. (Besley & Ghatak, 2009).

O trabalho pioneiro de Hernando de Soto, ao documentar o volume de “capital morto” – bens que não podem ser representados na economia formal ou usados como garantia – no mundo em desenvolvimento, estimulou um intenso interesse em direitos de propriedade. Os governos de países em desenvolvimento são expostos aos problemas de como converter o capital morto em bens economicamente viáveis e de como seguirem no caminho para a prosperidade. Uma das respostas é o de assegurar aos pobres a possibilidade de registrarem seus bens dentro do sistema formal de direitos de propriedade, com mínimos custos de transação. Como de Soto descobriu, existe ainda um grande trabalho a ser feito para eliminar estes obstáculos.

E por fim, não existe um sistema de direitos de propriedade que possa operar no vácuo, sem um apoio do sistema jurídico e legal objetivando garantir as transações. Uma instituição com um forte Estado de Direito e um judiciário independente, para eliminar a corrupção e a instabilidade política, propicia a prosperidade em um ambiente formal de direitos de propriedade.

Enquanto que os direitos de propriedade são a chave para a prosperidade e crescimento econômico, é importante ter em mente que muitas outras instituições desempenham importante papel. Em especial, um sistema bancário desenvolvido para prover o capital necessário e infundir a economia. Recentes esforços em microfinanças foram bem sucedidos em levar crédito aos mais pobres nos países em desenvolvimento. Mas para integrar estas economias ao mercado mundial é necessário um sistema financeiro mais sofisticado.

Direitos de Propriedade Intelectual

A economia moderna depende não somente dos direitos de propriedade material mas também dos direitos de propriedade intelectual. Os direitos de propriedade intelectual são direitos exclusivos sobre as criações da mente. Incluem-se invenções, trabalhos literários e artísticos, símbolos, nomes, imagens, desenhos usados no comércio. A economia mundial depende dos produtos de propriedade intelectual, desde aeronaves à softwares, de medicamentos à celulares.

Da mesma forma que os direitos de propriedade material, os direitos de propriedade intelectual possuem papel similar. Ao garantir os direitos de propriedade intelectual, criam-se incentivos para inovação, da mesma forma que ao garantir os direitos de propriedade material, criam-se incentivos para a produção. Os direitos de propriedade intelectual também reduzem os custos de transação. Por exemplo: marcas registradas informam sobre a qualidade dos produtos e que por sua vez reduzem os custos de busca do consumidor (Baroncelli, Krivonos, & Olarreaga, 2004).

No entanto, o desafio da proteção dos direitos de propriedade intelectual é ainda mais intimidante comparado com os direitos de propriedade material porque o furto é facilitado por suas próprias características intrínsecas. Portanto, os países com fraca proteção de direitos de propriedade intelectual requerem um sistema legal de aplicação das leis. Enquanto que alguns países podem achar que este tipo de investimento está além de suas capacidades, eles precisam se dar conta de que um sistema eficaz é um importante ingrediente para o sucesso da economia a longo prazo. Além de estimular a inovação no país, direitos de propriedade intelectual confiáveis aumentam os incentivos em investimentos diretos vindos do exterior (Branstetter & Saggi, 2009), que por sua vez levam ao crescimento econômico. (Saggi, 2002).

Capítulo III: Composição do Índice e Abrangência

Este capítulo destaca o conceito por trás do Índice Internacional de Direitos de Propriedade, apresenta as categorias e fatores incluídos na publicação de 2011 e fornece uma explicação detalhada da metodologia do índice e do conjunto de países. Finalmente mostra algumas limitações do estudo e apresenta considerações futuras.

O Conceito

O objetivo de qualquer índice é desenvolver um medidor que permita comparar países e outras jurisdições. O conceito do IIDP baseia-se nas definições de “propriedade” e “direito à propriedade” apresentadas abaixo. O índice foi moldado a partir das respostas de especialistas a uma pesquisa de opinião básica e comunicação pessoal com acadêmicos e empresários especializados na área de direitos à propriedade. O pressuposto básico por trás deste estudo é de que há uma correlação entre uma proteção mais eficaz da propriedade privada e um maior crescimento econômico.

O IIDP incorpora três categorias centrais, essenciais para a eficácia e proteção do sistema de proteção de direitos à propriedade privada de um país:

- 1) Ambiente Político e Legal (PL)
- 2) Direitos à Propriedade Material (DPM)
- 3) Direitos à Propriedade Intelectual (DPI)

Harold Demsetz define os direitos de propriedade em seu trabalho de 1967 sobre a teoria dos direitos de propriedade com:

Os direitos de propriedade são um instrumento da sociedade e derivam sua importância do fato de que eles auxiliam o homem a criar expectativas em suas transações com outros. Estas expectativas encontram expressão nas leis e costumes de uma sociedade. Um proprietário de direitos de propriedade possui o consentimento de seus companheiros de agir individualmente. Um proprietário espera que a comunidade impeça outros de interferirem em suas ações, desde que estas ações não sejam proibidas nas especificações de seus direitos. (Demsetz, 1967)

Demsetz é um entre muitos acadêmicos que chama a atenção para o papel crucial das leis em uma sociedade para entender os direitos de propriedade. Desta forma, o Ambiente Político Legal (PL) foi considerado essencial para qualquer sistema de direitos de propriedade. O índice inclui diversas medidas do ambiente político legal apesar do fato que estas medidas tenham aspectos mais amplos do que somente direitos de propriedade.

Os outros dois componentes, Direitos à Propriedade Material e à Propriedade Intelectual (DPM e DPI) refletem as duas formas de direitos de propriedade, ambas essenciais para o desenvolvimento econômico. As variáveis incluídas nessas duas categorias respondem por importantes direitos legais e resultados reais dos países analisados.

Variáveis

O IIDP 2011 compreende um total de dez variáveis, divididas em três categorias principais mencionadas anteriormente: Ambiente Político e Legal (PL), Direitos à Propriedade Material (DPM) e Direitos à Propriedade Intelectual (DPI). Apesar de um número maior de variáveis relacionadas ao direito à propriedade terem sido coletadas pelos autores, o estudo final do IIDP se concentra apenas em fatores centrais, diretamente ligados à eficácia e proteção dos direitos privados de propriedade. O ranking final é muito similar aos rankings alternativos calculados com outros fatores incluídos, e foi escolhido pelos autores por sofrer menos problemas de diluição, permanecendo parcimonioso.

Finalmente, foi dada preferência para as variáveis que estavam disponíveis para um maior número de países e foram atualizadas de forma regular para assegurar que os escores resultantes sejam compatíveis em relação aos países e aos anos.

Das dez variáveis incorporadas ao índice, somente a variável “Registro de Propriedade” é formada por duas sub-variáveis. Portanto, o IIDP compreende 11 componentes de dados para cada país.

Estrutura do IIDP

1. Ambiente Político Legal (PL)

- Independência do Judiciário
- Estado de Direito
- Estabilidade Política
- Controle da Corrupção

2. Direitos à Propriedade Material (DPM)

- Proteção dos Direitos à Propriedade Material
- Registro de Propriedade
- Acesso ao Crédito

3. Direitos à Propriedade Intelectual (DPI)

- Proteção dos Direitos à Propriedade Intelectual
- Proteção das Patentes
- Pirataria dos Direitos Autorais

Ambiente Político e Legal (PL)

A estabilidade política de um país livre de corrupção, junto com um forte sistema legal que englobe a independência do judiciário e o estado de direito são essenciais para o reconhecimento, gestão, implementação e proteção dos direitos de propriedade privada. A combinação destas variáveis prepara o caminho para o reconhecimento da liberdade individual e oferece grande liberdade para o movimento econômico. Portanto, as variáveis abaixo foram utilizadas como indicadores da categoria PL:

Independência do Judiciário:

Essa variável examina a liberdade do judiciário em relação à influência de grupos políticos e empresariais. A independência do judiciário é um alicerce central para a proteção sólida e apoio soberano ao sistema judiciário no que diz respeito à propriedade privada, e por isso é considerado no IIDP. Fonte: Fórum Econômico Mundial 2010-2011 Índice de Competitividade Global.

Estado de Direito:

Essa variável examina a extensão da confiança que os indivíduos, investidores e empresários depositam nos tribunais para a manutenção e proteção dos seus direitos à propriedade. Ela já existe como indicador do relatório de Relatório Governança 2010 do Instituto Banco Mundial, e que combina diversos indicadores como justiça, honestidade, execução da lei, rapidez e disponibilidade do sistema judiciário, responsabilidade do judiciário e do executivo, assim como a proteção dos direitos de propriedade. Essa variável complementa a variável anterior já que a responsabilidade do judiciário é primordial para a sua independência. Ela constrói a fé dos indivíduos e empresas economicamente ativos no sistema legal, para manter todas as leis incluindo a proteção dos direitos à propriedade privada.

Estabilidade Política:

O grau de estabilidade política influencia de forma definitiva o incentivo para alguém obter ou estender a posse e/ou administração de uma propriedade. Quanto maior a possibilidade de uma deposição (violenta), menor a probabilidade das pessoas obterem propriedade e desenvolver confiança na validade desses direitos. Fonte: Indicadores Mundiais de Governança 2010 do Instituto Banco Mundial.

Controle de Corrupção:

A variável "Corrupção no Setor Público" foi retirada do Relatório de Governança 2010 do Instituto Banco Mundial, e que combina diversos indicadores que medem a extensão do poder público no exercício do ganho privado. Estão incluídos desde delitos insignificantes a importantes tipos de corrupção e o estado como refém dos interesses privados e das elites. Semelhante aos fatores incluídos na categoria "Ambiente Político e Legal", a corrupção influencia a confiança das pessoas na implementação sólida e aplicação dos direitos à propriedade. A corrupção reflete o grau de informalidade na economia, o que vem a ser um fator desviante na expansão do respeito pela legalização da propriedade privada. Fonte: Relatório de Governança 2010 do Instituto Banco Mundial.

Direitos à Propriedade Material (DPM)

Um forte sistema de direitos de propriedade defende a proteção dos direitos de propriedade privada, garante a implementação de políticas, procedimentos e leis para o registro da propriedade, e cria oportunidade para as seguintes três variáveis:

Proteção dos Direitos à Propriedade Material:

Esta variável está diretamente ligada à força do sistema de direitos à propriedade de um país, pois reflete as percepções de especialistas sobre a qualidade da proteção judicial à propriedade privada, incluindo recursos financeiros. Além disso, abrange a opinião de profissionais acerca da clareza da definição legal de direito de propriedade. Fonte: Índice de Competitividade Global 2010-2011 do Fórum Econômico Mundial.

Registro de Propriedade:

Esta variável reflete o ponto de vista dos negócios, sobre a dificuldade em registrar uma propriedade em termos de número de dias e de procedimentos necessários. De acordo com a fonte dessas informações, a variável "registra a sequência completa de procedimentos necessários quando uma empresa compra um imóvel e transfere o título de propriedade do vendedor para o comprador." Essa

informação é crítica, pois quanto mais difícil for o registro de uma propriedade, maior a probabilidade de que os bens em questão permaneçam na informalidade, restringindo, assim, o desenvolvimento de um maior conhecimento público e o apoio a um sistema legal que proteja os direitos à propriedade de maneira sólida e eficaz. Essa variável é um componente central nos argumentos econômicos de Hernando de Soto. Fonte: Relatório Fazendo Negócios 2010 do Banco Mundial.

Acesso ao Crédito:

Os autores decidiram incluir esta variável no IIDP porque o acesso aos empréstimos bancários representa a oportunidade para um indivíduo, subseqüentemente, adquirir uma propriedade. Por consequência, quanto mais fácil for, tornar-se proprietário de algo, mais forte será o apoio da sociedade a um sistema de direitos à propriedade formalizado e protegido. Fonte: Índice Global de Competitividade 2010-2011 do Fórum Econômico Mundial.

Direitos à Propriedade Intelectual (DPI)

A categoria DPI avalia a proteção à propriedade intelectual, e revisa as políticas de um país e a sua eficácia no que diz respeito às patentes e direito autorais:

Proteção dos Direitos à Propriedade Intelectual:

Esta variável contém informações sobre os resultados da pesquisa de opinião que refletem a proteção que uma nação dá à propriedade intelectual e, portanto, constitui um componente crucial da categoria DPI. Os especialistas participantes de cada país deram sua avaliação quanto à classificação da proteção de DPI como “fraca/não existente” até “equivalente às mais severas do mundo”. Fonte: Índice Global de Competitividade 2010-2011 do Fórum Econômico Mundial.

Proteção das Patentes:

A variável do IIDP sobre a força da proteção das patentes replica a informação fornecida pelo Índice de Direitos de Patente de 2000 do Ginarte-Park, atualizado em 2005, graças à prestativa cooperação do Professor Walter Park. Estes dados refletem a classificação de um país no ranking de “Força das Patentes”, que se baseia em cinco critérios detalhados: cobertura, participação em tratados internacionais, restrições aos direitos de patente, aplicação das leis, e duração da proteção. Fonte: Índice de Direitos de Patente de Ginarte-Park 2005.

Pirataria de Direitos Autorais:

O nível de pirataria no setor de propriedade intelectual é um indicador importante do desempenho e eficácia da proteção aos direitos à propriedade intelectual em um país. As informações para esta variável foram coletadas a partir do Relatório da Lista de Inspeção 301 da International Intellectual Property Alliance (IIPA), preparado pelo US Trade Representative para a revisão anual das práticas em propriedade intelectual de países. O relatório contém dados sobre níveis de pirataria em quatro indústrias distintas: Software Empresarial, Indústria Musical e Fonográfica, Filmes, e Software de Entretenimento. Uma vez que esta variável reflete resultados reais, baseados em dados quantitativos, ela classifica um país de acordo com sua eficácia na proteção de DPI. As mais recentes informações da IIPA são complementadas com estatísticas disponíveis da Business Software Alliance. Fontes: Relatório da Lista Inspeção 301 da International Intellectual Property Alliance (IIPA) em 2010, Sétima edição anual BSA e Estudo sobre Pirataria de Software Global IDC (2009).

Notas Explanatórias sobre a Metodologia

A escala geral de classificação do Índice Internacional de Direitos de Propriedade varia de 0 a 10, sendo 10 o nível máximo de proteção dos direitos à propriedade e 0 a inexistência dos direitos à propriedade em um país. Da mesma maneira, cada categoria, e cada fator do IIDP utilizam a mesma escala de 0 a 10.

Para os cálculos do índice final, a média das variáveis de cada área deriva de sua classificação em cada uma das três categorias. Da mesma forma, a classificação final é a média das classificações das categorias. Durante a construção do índice, um número de diferentes métodos de ponderação foram testados para os (sub)componentes baseados nas opiniões subjetivas dos autores. Contudo, o método de ponderação escolhido teve pouco impacto no ranking final e na classificação dos países. Portanto, por razões de simplicidade e objetividade, os números finais apresentados neste relatório são o resultado do cálculo da média simples que combina os fatores disponíveis nas três áreas de classificação, e destas na classificação final do IIDP. No entanto, os autores não pretendem sugerir que todos os componentes e áreas no índice tenham a mesma importância. Portanto, os leitores que preferirem ponderar os fatores de maneiras diferentes são convidados a fazê-lo.

As dez variáveis incluídas no IIDP se originam de seis fontes diferentes. Com o intuito de combinar as variáveis que não apareceram de forma indexada, e portanto poderiam ser difíceis de normalizar na escala 0-10 do IIDP, aplicamos a seguinte fórmula de padronização:

$$\left\{ \frac{X_{max} - X_i}{X_{max} - X_{min}} \right\} * 10$$

X_i representa o valor individual de um país no fator em questão, enquanto **X_{max}** e **X_{min}** foram fixados em um desvio padrão acima da média do conjunto original de dados em 2007 e zero, respectivamente. Observações específicas sobre como os dados originais foram transferidos para o índice, serão dados mais adiante no relatório junto com informações sobre as fontes. Este ano os autores utilizaram os escores de 2007 neste relatório para que os países possam ser diretamente comparados entre os anos. Esta mudança permite uma comparação mais objetiva de ano para ano. Os dados dos anos anteriores foram rescalonados e os escores foram recalculados para ajudar esta mudança. É importante observar que o recálculo dos anos anteriores dos escores para DPM assim como DPI tiveram um efeito mínimo nos rankings destes anos.

Os Países

O IIDP 2011 classifica um total de 129 países de todo o mundo, que inclui cinco países a mais do que o relatório do ano passado, fora a República do Quirguistão que não forneceu dados. A seleção dos países foi determinada pela limitação de disponibilidade de dados somente. Representando noventa e sete (97) por cento do Produto Interno Bruto mundial, esses países são substancialmente diferentes entre si, no que diz respeito ao desempenho econômico e estruturas de mercado. Para fins de comparação, as economias incluídas no IIDP foram divididas em sete regiões geográficas, que

incluem: América Latina/Caribe, Europa Ocidental, Europa Central/Leste e Ásia Central, Oriente Médio/Norte da África, África, Ásia e Oceania, e a América do Norte.

É importante prestar atenção ao fato de que o número de países compreendidos pelas diferentes fontes de dados do IIDP variou significativamente. Portanto, os autores tiveram acesso a uma variação significativa no número de países em potencial a serem incluídos na lista do IIDP. Para ser considerada dentro da classificação final do IIDP, uma nação precisava de, no mínimo metade das variáveis incluídas em cada categoria. Consequentemente, alguns países não entraram nas três categorias do índice em nenhuma das listas finais de países, e alguns são listados apenas em uma ou duas das categorias. Os países que se qualificaram para todas as três categorias são as 129 nações apresentadas na classificação do IIDP.

Limitações e Considerações Futuras

Muitas coisas têm que ser levadas em conta para entender a criação e os resultados do IIDP. Primeiro, o ranking do índice cobre um grande número de países que variam grandemente em termos dos contextos econômico, político e cultural. Consequentemente, muitas características dos países com respeito à proteção e força dos direitos de propriedade não podem ser considerados.

Nenhum dos dados usados na construção do índice foi gerado pelos próprios autores mas foi coletado de fontes de terceiros com o Banco Mundial, o Fórum Econômico Mundial e grupos de comércio. Isto permite que o estudo se abstenha de qualquer preconceito em potencial e limita a capacidade dos autores de reconstruir alguma informação faltante. O problema de dados faltantes torna-se sério quando a variável que falta não está altamente correlacionada com as variáveis existentes. Neste caso, a classificação de um país pode não ser representativa quanto aos países que possuem dados disponíveis. Além disso, a disponibilidade de mudar dados de um ano para outro resulta em mudanças nos escores. Os autores fizeram o melhor possível para salientar os casos neste relatório e nos perfis dos países.

Como no passado, este estudo permanece restrito devido à disponibilidade de dados sobre direitos de propriedade intelectual, em especial a falta de dados sobre marcas registradas. Em 2009, as marcas registradas deixaram de fazer parte como sub-componente por causa da falta de dados atualizados, sendo que a situação persiste. No entanto, os autores permanecem confiantes de que em anos futuros, dados confiáveis ficarão disponíveis com o desenvolvimento de novas fontes de dados. Além disso, os dados em direitos de propriedade intelectual podem beneficiar na melhoria dos esforços em garantir estes direitos. Similarmente, a categoria DPM pode ser melhorada com a inclusão de dados brutos sobre a segurança dos direitos de propriedade. Estas são as áreas que têm o maior potencial para melhorias.

Finalmente, como o índice entra em sua quinta edição, os autores conseguiram usar os aspectos de séries temporais nos dados sobre direitos de propriedade. No entanto, a natureza das instituições é tal que os efeitos de suas mudanças podem não ser sentidos nos resultados por muitos anos. A falta de dados atualizados em resultados econômicos interfere com esta análise. Os autores esperam que estas limitações sejam superadas no futuro e que a relação teórica entre instituições dos direitos de propriedade e o bem-estar econômico possam ser testadas empiricamente e de forma mais robusta.

Capítulo IV: Resultados

Este capítulo apresenta os resultados finais do Índice Internacional de Direitos à Propriedade (IIDP) 2011. Após um breve panorama geral dos dados e resultados, a classificação e o ranking do IIDP 2011 serão apresentados em sua totalidade, de acordo com seus critérios variáveis. Além disso, as mudanças nos escores podem ser encontrados. Por fim, será abordada a relação entre os escores do índice e o bem-estar econômico dos países classificados.

Características dos Dados e Resultados

Os resultados do IIDP 2011 baseiam-se principalmente em dados obtidos através de pesquisas de opinião realizadas em países classificados. No geral, especialistas em seus respectivos campos participaram destas pesquisas, e as classificações resultantes, na forma de um fator numérico, são baseadas no julgamento desses especialistas. Por isso, enfatizamos que, com base nessas fontes, o país com a pior classificação no IIDP não é, necessariamente, o país com a proteção mais frágil aos Direitos à Propriedade (DP); é apenas percebido como o pior dentre os países incluídos no índice. Contudo, os autores consideram as pesquisas especializadas uma fonte de julgamento boa e confiável em relação às características reais de um país, melhor do que alguma medida em leis e práticas que somente possam existir em estatuto. Portanto, esperamos que – com a ajuda de instituições parceiras ao redor do mundo – seja possível obter dados mais abrangentes no futuro, baseados em pesquisas de opinião que atendam às nossas necessidades.

Além dos fatores que dependem do resultados de pesquisas, algumas variáveis são baseadas em “dados brutos”. Foram incluídos, por exemplo, o número de procedimentos para o registro de propriedade em um país, muito embora seja baseado em pesquisas e não inteiramente baseado em percepções. São estimativas em procedimentos atuais envolvidos. Além disso, as estimativas sobre o nível de pirataria são baseadas em dados econômicos correntes de associações de comércio como a International Intellectual Property Alliance e a Business Software Association.

Todavia, para o desenvolvimento futuro do índice, planejamos obter uma quantidade maior de dados baseados em informações sólidas. Por exemplo, seria de grande importância integrar ao índice uma medição da força das normas constitucionais que abrigam a proteção da propriedade privada, ou a posição do judiciário no que diz respeito à expropriação e indenizações. Futuros bolsistas do Programa Hernando De Soto se concentrarão no aprimoramento da metodologia do IIDP e das fontes de dados, no sentido de obter dados das fontes mais atualizadas possíveis.

Ao analisar os resultados finais do processo de classificação, o leitor será introduzido com duas medidas diferentes mas relacionadas de proteção dos direitos de propriedade através da amostragem: ordinal e cardinal. Os escores são apresentados de tal forma que o leitor pode facilmente comparar os países de acordo com seu ranking e escore (escala de 0-10). Os autores esperam que o ranking relativo se torne útil; é o escore em si que fornecerá a medida mais útil para indicar o quanto um país protege os direitos de propriedade. Os estudos de casos se encontram na versão completa do índice em inglês, no link indicado no final deste relatório.

Classificação do IIDP 2011

O Índice Internacional de Direitos de Propriedade 2011 (IIDP) apresenta o ranking de 129 economias, que representam 97% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. A Figura 2 e a Tabela 1 apresentam o ranking desde o escore mais alto ao mais baixo e o escore por país, respectivamente.

É importante observar que por causa da expansão da abrangência dos países este ano, a classificação no relatório de 2011 não é diretamente comparável com o relatório de 2010. Portanto os autores focaram primariamente na discussão das mudanças do escores em vez das mudanças do ranking de 2010.

A Finlândia e a Suécia empataram no topo da lista este ano com um escore de 8,5 numa tabela de 10. Este é o quinto ano consecutivo que a Finlândia mantém o seu alto ranking apesar do decréscimo do escore do ano passado foi de 8,6. No geral, os países escandinavos continuam dominando o topo da classificação como a Noruega (8,2) ficando em quarto lugar, e a Dinamarca (8,1), no oitavo lugar. Cingapura (8,3) é o país com a melhor classificação da região da Ásia e Oceania, seguido da Nova Zelândia (8,2) e Austrália (8,0). A Europa Ocidental está bem representada entre os 10 primeiros países com Luxemburgo (8,2), Suíça (8,2) e Holanda (8,0). O Canadá também está neste grupo com escore de 8,0.

Na base do índice de classificação estão a Bolívia (3,9), Moldova (3,9), Nigéria (3,9), Costa do Marfim (3,7), Líbia (3,7), Angola (3,6), Burundi (3,6) e Bangladesh (3,6). Bangladesh deu uma forte melhoria comparado com o escore do ano passado que era de 2,9, passando do Zimbábue (3,5) e da Venezuela (3,4), estes dois por sua vez estão no fundo da classificação este ano.

Tabela 1: Classificação por País

País	IIDP	PL	DPM	DPI	País	IIDP	PL	DPM	DPI
ALBÂNIA	4,4	4,5	5,5	3,3	LITUÂNIA	6,0	5,8	6,3	5,9
ALGÉRIA	4,3	3,5	5,4	3,9	LUXEMBURGO	8,2	8,5	7,9	8,3
ANGOLA	3,6	3,1	4,5	3,1	MACEDÔNIA	4,7	4,6	5,5	3,9
ARGENTINA	4,7	4,1	5,1	5,0	MADAGASCAR	4,3	3,8	5,3	3,9
ARMÊNIA	4,2	4,2	5,9	2,5	MALAWI	5,2	5,1	5,6	4,9
AUSTRÁLIA	8,0	8,3	7,7	7,9	MALÁSIA	6,1	5,6	6,8	5,9
ÁUSTRIA	7,9	8,1	7,5	8,1	MALI	4,8	4,1	5,5	4,9
AZERBAIJÃO	4,4	3,8	6,2	3,2	MALTA	6,8	7,3	6,8	6,4
BAHREIN	6,7	5,9	8,1	6,0	MAURITÂNIA	4,6	3,3	5,5	5,1
BANGLADESH	3,6	3,4	4,5	2,8	MAURÍCIO	6,3	6,6	7,2	5,0
BÉLGICA	7,5	7,4	7,0	8,0	MEXICO	5,0	4,2	5,7	5,0
BENIN	5,3	4,5	6,2	5,2	MOLDOVA	3,9	3,7	5,6	2,3
BOLÍVIA	3,9	3,2	4,5	4,0	MONTENEGRO	5,2	5,4	6,6	3,6
BOSNIA-HERZEGOVINA	4,1	4,1	4,9	3,3	MARROCOS	5,3	4,6	6,2	5,1
BOTSWANA	6,3	6,8	7,2	5,0	MOÇAMBIQUE	4,7	4,6	5,2	4,3
BRASIL	5,3	5,0	5,5	5,5	NEPAL	4,4	3,2	5,8	4,1
BRUNEI	5,7	7,0	5,8	4,4	HOLANDA	8,0	8,4	7,5	8,2
BULGÁRIA	5,3	5,0	5,6	5,4	NOVA ZELÂNDIA	8,2	8,8	7,7	8,0
BURKINA FASO	5,0	4,2	5,6	5,3	NICARÁGUA	4,1	3,5	4,9	3,9
BURUNDI	3,6	2,6	4,8	3,5	NIGERIA	3,9	2,9	4,6	4,1
CAMARÕES	4,2	3,5	5,3	3,9	NORUEGA	8,2	8,5	8,3	7,8
CANADÁ	8,0	8,4	7,5	8,1	OMÁ	6,7	6,6	7,8	5,6
CHADE	4,0	2,4	4,9	4,6	PAQUISTÃO	4,1	2,8	6,0	3,6
CHILE	6,7	7,3	7,0	5,8	PANAMÁ	5,6	4,6	6,8	5,3
CHINA	5,5	4,5	6,8	5,2	PARAGUAI	4,0	2,9	5,4	3,6
COLÔMBIA	5,1	3,8	6,0	5,4	PERU	4,9	3,7	6,5	4,4
COSTA RICA	5,9	6,6	6,1	5,0	FILIPINAS	4,7	3,5	5,8	4,9
COSTA DO MARFIM	3,7	2,4	5,0	3,8	POLÔNIA	6,2	6,4	5,6	6,6
CROÁCIA	5,3	5,3	5,7	4,8	PORTUGAL	6,9	6,8	6,8	7,0
CHIPRE	6,9	7,0	7,5	6,3	PORTO RICO	6,5	6,3	6,2	6,9
REPÚBLICA TCHECA	6,5	6,3	6,3	6,9	QATAR	7,1	7,9	7,5	5,9
DINAMARCA	8,1	8,7	7,3	8,3	ROMÊNIA	5,5	5,2	5,8	5,4
REPÚBLICA DOMINICANA	4,6	4,2	5,7	4,0	RÚSSIA	4,6	3,5	5,2	5,0
EQUADOR	4,4	3,0	5,3	4,8	RUANDA	5,6	5,2	6,3	5,4
EGITO	5,2	4,6	6,2	4,9	ARÁBIA SAUDITA	6,5	5,6	7,9	5,9
EL SALVADOR	4,9	4,4	6,0	4,4	SENEGAL	4,7	4,4	5,4	4,2
ESTÔNIA	6,7	7,1	7,1	5,8	SÉRVIA	4,2	4,1	5,2	3,2
ETIÓPIA	4,5	3,3	5,6	4,6	CINGAPURA	8,3	8,3	8,3	8,3
FINLÂNDIA	8,5	8,8	8,3	8,5	ESLOVÁQUIA	6,3	5,7	6,7	6,5
FRANÇA	7,3	7,2	6,7	7,9	ESLOVÊNIA	5,8	6,8	4,7	5,9
GEÓRGIA	4,1	4,1	6,0	2,3	ÁFRICA DO SUL	6,6	5,5	6,9	7,3
ALEMANHA	7,8	8,1	7,1	8,1	COREIA DO SUL	6,3	6,0	6,1	6,8
GANÁ	5,6	5,2	6,0	5,7	ESPANHA	6,5	6,1	6,6	6,9
GRÉCIA	5,8	5,4	6,0	6,1	SRI LANKA	5,0	4,5	6,1	4,4
GUATEMALA	4,5	3,5	6,1	4,0	SUAZILÂNDIA	5,2	4,6	6,2	4,8
GUIANA	4,6	4,1	5,7	4,0	SUÉCIA	8,5	8,8	8,2	8,5
HONDURAS	4,7	3,9	5,7	4,4	SUIÇA	8,2	8,5	7,8	8,3
HONG KONG	7,8	8,1	7,9	7,5	SÍRIA	4,8	3,7	6,2	4,6
HUNGRIA	6,4	6,1	6,3	6,9	TAIWAN	7,1	6,4	7,6	7,2
ISLÂNDIA	7,2	8,3	6,8	6,5	TANZÂNIA	5,1	4,6	5,5	5,1
ÍNDIA	5,6	4,7	6,6	5,5	TAILÂNDIA	5,3	4,6	6,8	4,5
INDONÉSIA	5,0	4,2	6,7	4,0	TRINIDADE E TOBAGO	5,6	5,3	5,3	6,2
IRA	4,2	3,5	5,4	3,8	TUNÍSIA	6,0	5,7	7,2	5,2
IRLANDA	7,6	8,2	6,7	7,9	TURQUIA	5,3	4,6	6,1	5,1
ISRAEL	6,3	6,1	5,9	7,0	UGANDA	4,6	3,8	5,0	5,0
ITÁLIA	6,0	5,5	5,7	6,9	UCRÂNIA	4,0	3,5	4,4	4,2
JAMAICA	5,4	4,7	5,7	5,7	EMIRADOS ÁRABES	7,2	6,7	7,8	7,0
JAPÃO	7,6	7,6	7,0	8,2	REINO UNIDO	7,7	7,8	7,2	8,1

JORDÃO	6,1	5,6	6,8	5,8	ESTADOS UNIDOS	7,5	7,1	7,1	8,4
CAZAQUISTÃO	4,4	4,4	5,6	3,2	URUGUAI	6,1	7,0	6,0	5,2
QUENIA	4,4	3,0	6,0	4,2	VENEZUELA	3,4	2,3	4,4	3,5
KUWAIT	5,9	6,2	6,6	5,0	VIETNÃ	4,9	4,8	6,1	3,8
LETÔNIA	5,5	5,9	5,8	4,8	ZÂMBIA	4,8	4,9	5,8	3,6
LÍBANO	4,4	3,3	6,5	3,3	ZIMBÁBUE	3,5	2,1	4,9	3,5
LÍBIA	3,7	4,3	4,3	2,6					

Tabela 2: 10 países do Topo por Componente (o número indica o ranking)

IIDP	PL	DPM	DPI
Finlândia (1)	Finlândia (1)	Finlândia (1)	Finlândia (1)
Suécia (1)	Nova Zelândia (1)	Noruega (1)	Suécia (1)
Cingapura (3)	Suécia (1)	Cingapura (1)	Estados Unidos (3)
Luxemburgo (4)	Dinamarca (4)	Suécia (4)	Dinamarca (4)
Nova Zelândia (4)	Luxemburgo (5)	Bahrein (5)	Luxemburgo (4)
Noruega (4)	Noruega (5)	Hong Kong (6)	Cingapura (4)
Suíça (4)	Suíça (5)	Luxemburgo (6)	Suíça(4)
Dinamarca (8)	Canadá (8)	Arábia Saudita(6)	Japão (8)
Holanda (9)	Holanda (8)	Omã (9)	Holanda (8)
Canadá (9)	Austrália (10)	Suíça (9)	Áustria (10)
Austrália (9)	Islândia (10)	Emirados Árabes Unidos (9)	Canadá (10)
	Cingapura (10)		Alemanha (10)
			Reino Unido (10)

Tabela 3: 10 países da Base por Componente (o número indica o ranking)

IIDP	PL	DPM	DPI
Bolívia (120)	Equador (120)	Bósnia-Herzegovina (117)	Albânia (118)
Moldova (120)	Quênia (120)	Chade (117)	Bósnia-Herzegovina (118)
Nigéria (120)	Nigéria (122)	Nicarágua (117)	Líbano (118)
Costa do Marfim (123)	Paraguai (122)	Zimbábue (117)	Azerbaijão (121)
Líbia (123)	Paquistão (124)	Burundi (121)	Cazaquistão(121)
Angola (125)	Burundi (125)	Eslovênia (122)	Sérvia (121)
Bangladesh (125)	Chade (126)	Nigéria (123)	Angola (124)
Burundi (125)	Costa do Marfim (126)	Angola (124)	Bangladesh (125)
Zimbábue (128)	Venezuela (128)	Bangladesh (124)	Líbia (126)
Venezuela (129)	Zimbábue (129)	Bolívia (124)	Armênia (127)
		Ucrânia (127)	Geórgia (128)
		Venezuela (127)	Moldova (128)
		Líbia (129)	

FIGURA 3: Classificação por Quintil

Topo 20%	Segundo Quintil	Terceiro Quintil	Quarto Quintil	Base 20%
Finlândia	Malta	Eslovênia	México	Líbano
Suécia	Bahreim	Brunei	Sri Lanka	Nepal
Cingapura	Chile	Gana	El Salvador	Algéria
Luxemburgo	Estônia	Índia	Peru	Madagascar
Nova Zelândia	Omã	Letônia	Vietnã	Armênia
Noruega	África do Sul	Panamá	Mali	Camarões
Suíça	República Tcheca	Ruanda	Síria	Irã
Dinamarca	Porto Rico	Trinidade e Tobago	Zâmbia	Sérvia
Austrália	Arábia Saudita	China	Argentina	Bósnia-Herzegovina
Canadá	Espanha	Letônia	Honduras	Geórgia
Holanda	Hungria	Romênia	Macedônia	Nicarágua
Áustria	Botswana	Jamaica	Moçambique	Paquistão
Alemanha	Israel	Benin	Filipinas	Chade
Hong Kong	Maurício	Brasil	Senegal	Paraguai
Reino Unido	Eslováquia	Bulgária	República Dominicana	Ucrânia
Irlanda	Coreia do Sul	Croácia	Guiana	Bolívia
Japão	Polônia	Marrocos	Mauritânia	Moldova
Bélgica	Jordão	Tailândia	Rússia	Nigéria
Estados Unidos	Malásia	Turquia	Uganda	Costa do Marfim
França	Uruguai	Egito	Etiópia	Líbia
Islândia	Itália	Malawi	Guatemala	Angola
Emirados Árabes Unidos	Lituânia	Montenegro	Azerbaijão	Bangladesh
Qatar	Tunísia	Suazilândia	Equador	Burundi
Taiwan	Kuwait	Colômbia	Cazaquistão	Zimbábue
Chipre	Grécia	Tanzânia	Quênia	Venezuela
Portugal		Burkina Faso		
		Indonésia		

A Figura 3 apresenta a classificação dos países por quintil. A cor do prisma relaciona os quintis a uma cor específica: roxo para o topo do quintil, azul para o segundo quintil, verde para o terceiro quintil, amarelo para o quarto quintil e vermelho para o fundo do quintil. Este ano os países estão distribuídos proporcionalmente entre 26 países em cada. O mapa de distribuição do IIDP indica qual país pertence a qual quintil. Novamente, por causa do aumento da abrangência este ano, fica difícil de comparar diretamente as mudanças em relação ao quintil do último ano.

Tabela 4: Resumo Estatístico

Indicador	Média	Mediana	Desvio	Minimo	Máximo
IIDP	5,6	5,3	1,4	3,4	8,5
PL	5,3	4,9	1,8	2,1	8,8
DPM	6,2	6,1	1,0	4,3	8,3
DPI	5,4	5,1	1,6	2,3	8,5

A Tabela 4 apresenta um resumo estatístico do IIDP 2011 e suas categorias componentes. O índice deste ano mostra aumento de um ponto tanto nos escores da média quanto da mediana. Embora seja resultado da melhoria dos países com escores baixos, o efeito é de alguma forma anulado pela deterioração dos escores do topo. Esta convergência de escores cruzando os dados pode ser vista no desvio que mostra um decréscimo de 1,5 para 1,4. Este ano o escore mais alto no componente PL é de 8,8 alcançado pela Finlândia, Nova Zelândia e Suécia. O escore mais baixo no componente PL é de 2,1, que ainda mostra uma melhoria em relação ao ano passado, no caso o Chade com 1,6. O componente DPM novamente é o mais alto com média de 6,2.

Classificação do índice por Categorias Chaves

Este índice é composto de 3 categorias chaves que podem ser usadas independentemente da performance de um país. Esta seção apresenta e discute a performance dos países em cada categoria chave do índice.

As Tabelas 2 e 3 também mostram os 10 países do topo e da base do ranking. Os 10 países do topo são geralmente mais homogêneos do que os 10 países da base do ranking, com a Finlândia em primeiro lugar em todos os três componentes. Luxemburgo, Suécia e Suíça também estão entre os 10 países do topo em todos os três componentes. Interessante que os EUA e Bahrein estão na lista do topo por um componente mas não estão entre os 10 países do índice.

Os 10 países da base do ranking são mais heterogêneos sendo que nenhum país conseguiu ficar no em todos os três componentes. O Zimbábue está classificado no mais baixo da variável Ambiente Político Legal, Líbia na variável Direitos à Propriedade Material e Moldova na variável Direitos à Propriedade Intelectual.

Mudanças nos escores (2010-2011)

Existe uma dificuldade na comparação direta dos rankings entre 2010 e 2011 pelo fato de que 5 países foram adicionados ao ranking de 2011 (Angola, Irã, Líbano, Ruanda e Suazilândia). Como resultado, algumas mudanças na classificação podem refletir mudanças na população dos países em vez da performance comparada do ano passado. Para facilitar a comparação dos resultados entre 2010 e 2011,

os autores compilaram tabelas que representam as mudanças nos escores do índice assim como seus componentes. No índice original em inglês, tratam-se das Tabelas de 5 à 8.

Os países que obtiveram os melhores escores em direitos de propriedade em relação ao ano passado são bem diversos. Eles incluem Brunei, Benin, Indonésia, Uganda, Algéria, Burkina Faso, Etiópia, Senegal, Maurício e Equador. Infelizmente, os seguintes países experimentaram uma retração em direitos de propriedade: Islândia, Irlanda, Coreia do Sul, Dinamarca, Holanda, Estados Unidos, Lituânia, Letônia, Reino Unido e Nova Zelândia. Os países que sofreram as piores mudanças em direitos de propriedade tendem a estar entre os mais ricos.

PERFIL DO BRASIL

O Brasil continua a melhorar no Índice Internacional de Direitos de Propriedade 2011, subindo em 0,2 pontos. Em 2011, ele está em 64º lugar entre 129 economias. O escore do Ambiente Político Legal (PL) aumentou em 0,3 pontos em 2011, sendo que o componente Controle de Corrupção foi que permaneceu na mesma situação do ano passado.

O escore Direitos à Propriedade Material (DPM) aumentou levemente em 2011, devido a modestos ganhos nos componentes Acesso ao Crédito e Proteção dos Direitos de Propriedade Material.

O escore Direitos à Propriedade Intelectual (DPI) teve uma melhoria de 0,3 pontos devido ao ganho de 0,5 pontos no componente Proteção aos Direitos de Propriedade.

Categoria	Escore	Classificação Mundial	Classificação Regional
Total	5,3	64 de 129	8 de 22
Ambiente Político e Legal	5,0	63 de 129	6 de 22
Independência do Judiciário	5,0	71 de 129	7 de 22
Estado de Direito	4,6	69 de 129	6 de 22
Controle da Corrupção	4,9	60 de 129	5 de 22
Estabilidade Política	5,6	54 de 129	5 de 22
Direitos de Propriedade Material	5,5	97 de 129	15 de 22
Proteção dos DPM	6,1	66 de 129	6 de 22
Registro de Propriedade	6,5	118 de 129	20 de 22
Acesso ao Crédito	4,0	63 de 129	7 de 22
Direitos de Propriedade Intelectual	5,5	51 de 129	5 de 22
Proteção dos DPI	4,4	80 de 129	9 de 22
Proteção das Patentes	7,2	49 de 129	8 de 22
Pirataria Direitos Autorais	4,8	41 de 129	2 de 22

Análise de Regressão

O PIB per capita é uma medida básica usada para acessar o bem-estar econômico e vamos ver como o índice se relaciona via análise de regressão.

Ao estimar a relação entre o índice e o PIB per capita via esta análise, encontramos um relacionamento estatístico positivo. Especificamente, um ponto de aumento no escore do IIDP prognostica um aumento de US\$ 8.960 no PIB per capita ($R\text{-squared}=0,67$). Em outras palavras, o escore do índice é altamente correlacionando com o nível de desenvolvimento econômico medido como PIB per capita. Da mesma forma, os resultados mostram que os componentes do IIDP – PL, DPM e DPI – estão altamente correlacionados com o PIB per capita. A análise de regressão mostra uma correlação mas não necessariamente prova causalidade.

Uma forma de resolver este problema de simultaneidade é defasar a medida dos direitos de propriedade ao se estimular o seu impacto no resultado da variável econômica. No entanto, com somente 5 anos de dados disponíveis no momento, esta estratégia não é eficaz. É o caso de se considerar que as mudanças em instituições normalmente não produzem grandes mudanças nos resultados em período curto de tempo.

Adicionalmente, a natureza dos dados coletados nos permite controlar as características não observadas de tempo invariável em um país. A relação positiva entre os escores do IIDP e o PIB per capita pode controlar tais diferenças específicas de cada país.

Conclusão

O Índice Internacional de Direitos de Propriedade 2011 *International Property Rights Index* (IIDP) fornece uma importante visão da economia mundial, na tentativa de sair da recessão econômica. Direitos de propriedade claramente delineados são *sine qua non* para uma economia progredir. Eles também incentivam uma rápida recuperação por propiciar um sentido de segurança para empreendedores e investidores. Numa época em que as economias estão tentando se recuperar, a economia mundial bem que poderia contar com mais bens economicamente viáveis, e que atualmente não possuem representação legal ou não se fazem cumpridas.

O IIDP 2011 mostra que entre os 129 países incluídos no relatório, os países que estão no topo da classificação continuam a desfrutar um alto PIB per capita do que os países da base do índice. Serve para se reafirmar que os países que possuem fortes sistemas legais e políticos estão melhores posicionados a colher os benefícios dos direitos de propriedade material e intelectual.

O IIDP 2011 mostra que apesar dos tempos econômicos difíceis, os países continuam a melhorar seus sistemas de direitos de propriedade, desta maneira os colocando no caminho do desenvolvimento

econômico. No entanto, como alguns países experimentaram reveses, suas perspectivas de recuperação serão provavelmente inibidas.

Enquanto que a evidência apresentada aqui é bem convincente, os autores convidam os leitores a estudar mais profundamente a relação entre direitos de propriedade e os resultados econômicos usando os dados do índice. Com sorte, mais estudos irão desvendar a conexão entre direitos de propriedade assegurados e o bem-estar econômico.

Fontes Estatísticas

Este capítulo apresenta fontes estatísticas que foram usadas na compilação do IIDP e o Quadro de Igualdade de Gênero. Este ano, os autores atualizaram as informações anteriores usando as mesmas fontes de dados. A seguir segue uma breve revisão das informações no índice.

Dados Subjetivos Versus Dados Objetivos

A maioria dos dados incluídos no IIDP provém de pesquisas especializadas. Contudo, alguns fatores também refletem dados quantitativos baseados nas leis e regulamentos do país. Talvez os leitores do índice estejam se perguntando por que o índice mistura dados objetivos e subjetivos.

Primeiramente, os dados objetivos, que refletem a força de um país na proteção dos direitos de propriedade, são praticamente impossíveis de se obter além de um escopo de parâmetros estreitos, por isto existe uma série de alternativas para se depender na coleta de dados subjetivos. Em segundo lugar, ao invés de simplesmente resumir fatos *de jure* sobre a proteção aos direitos de propriedade de um país, o IIDP pretende também capturar resultados reais e a eficácia do sistema vigente de direitos à propriedade. Frequentemente, medições baseadas em percepções contém informações que não aparecem em indicadores objetivos, especialmente nos países em desenvolvimento. Na verdade, a pesquisa inicial do IIDP 2007 se concentrou principalmente nessas medidas e, portanto, integra uma grande quantidade de dados originados da experiência e percepção de especialistas na área. Em pesquisas futuras, os autores continuarão a considerar composições alternativas de dados objetivos e subjetivos.

Fontes de Dados

Fórum Econômico Mundial (FEM) – Índice de Competitividade Global:

O índice de competitividade Global do Fórum Econômico Mundial fornece informações sobre a competitividade econômica de um grande número de países (em 2010-2011 foram 134 países). Os rankings são elaborados combinando-se dados quantitativos disponíveis ao público e resultados da Pesquisa de Opinião Executiva (*Executive Opinion Survey*). Essa última é uma pesquisa abrangente conduzida anualmente pelo Fórum Econômico Mundial juntamente com sua rede de parceria com

institutos (institutos de pesquisa de ponta e organizações empresariais) nos países cobertos pelo relatório.

Há quatro variáveis na classificação do IIDP para as quais os dados foram retirados do Índice de Competitividade Global do FEM 2010-2011: “Independência Judicial”, “Proteção dos Direitos à Propriedade Material”, “Proteção dos Direitos à Propriedade Intelectual”, e “Acesso a Empréstimos”. Para obter informações mais detalhadas sobre o Índice de Competitividade Global visite: <http://gcr.weforum.org/gcr2010/>

Instituto Banco Mundial (BM) – Indicadores de Desenvolvimento Mundial:

Os indicadores de desenvolvimento mundial compilam estatísticas para fornecer um quadro geral do progresso nos países em desenvolvimento, assim como dos desafios que ainda devem ser enfrentados. O relatório mais recente (2010) contém dados levantados na última década até 2009. Esses indicadores resultam de uma intensa colaboração com diversas organizações internacionais, agências governamentais, organizações privadas e organizações não-governamentais. Os indicadores são obtidos em vários níveis, começando pelos censos e pesquisas por amostra de domicílio. As contribuições de Organizações Não Governamentais (ONGs) e do setor privado são também importantes, tanto pela coleta de dados primários, quanto pela organização e publicação dos resultados. As variáveis "estado de direito", "estabilidade política" e "controle da corrupção" são retiradas desta fonte. Para maiores informações, veja: <http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.asp>.

Grupo Banco Mundial (GBM) – *Doing Business* (“Fazendo Negócios”):

A fonte da variável “Registro de Propriedade”, incluída no fator de Direitos à Propriedade Material (DPM) do IIDP, é o Relatório do Grupo Banco Mundial *Doing Business* 2010. Os dados do Relatório são coletados anualmente de forma padronizada. Para começar, a equipe projeta a pesquisa, juntamente com seus conselheiros acadêmicos. A pesquisa utiliza um estudo de caso de negócios simples para assegurar a comparabilidade entre países e épocas – utilizando certas generalizações de acordo com a forma legal da empresa, seu tamanho, localização e a natureza das suas operações. As pesquisas são realizadas através de mais de 8.000 especialistas locais, entre advogados, consultores de negócios, contadores, representantes de governo e outros profissionais, cuja rotina consiste na administração e aconselhamento acerca de exigências legais e regulatórias.

A metodologia do *Doing Business* tem cinco limitações que devem ser considerados quando for se interpretar os dados. Primeiro, os dados coletados se referem a negócios na maior cidade empresarial e não é representativo de regulação em outras partes da economia. Segundo, os dados seguidos se concentram em uma forma específica de negócio, geralmente uma empresa de responsabilidade limitada de tamanho específico, e pode não ser representativo na regulação de outros negócios (exemplo: empresas individuais). Terceiro, as transações descritas em cenário padrão se refere a um conjunto específico de problemas e pode não ser representativo de um conjunto completo de encontros empresariais. Quarto, as medidas de tempo envolvem um elemento de juízo dos especialistas que responderam a pesquisa. Finalmente, a metodologia assume que um negócio tem informação completa sobre o que é necessário e não perde tempo em completar procedimentos. Na prática, completar um procedimento pode demandar mais tempo se o negócio não tiver informação suficiente ou for incapaz de continuar prontamente. Por ambos os motivos, o atraso de tempo relatado no *Doing Business 2010* pode ser diferente da lembrança dos empreendedores relatado nas pesquisas do Banco Mundial ou outras pesquisas de percepção. Por causa destas limitações que a variável do Registro de Propriedade

subestima a extensão dos procedimentos e o tempo necessário para o registro da propriedade. Para maiores informações sobre a publicação, veja: <http://www.doingbusiness.org/>.

Ginarte-Park (GP) – Índice de Direito de Patentes:

Os dados que refletem a força da proteção dos direitos de patente do IIDP são baseados no Índice Ginarte-Park do ano 2005, que vem a ser o mais recente índice disponível até a data desta publicação. O índice baseia-se em “macro” aspectos jurídicos (não em dados de “micro-níveis”), e incorpora um subconjunto dos aspectos legais vigentes em cada país. A informação utilizada na construção do índice é obtida diretamente a partir das leis nacionais de patente, e compreende cinco categorias: a extensão da cobertura, participação em acordos internacionais de patentes, provisões para perda de proteção, mecanismos de aplicação das leis, e a duração da proteção da patente. Os dados encontram-se disponíveis em <http://www1.american.edu/cas/econ/faculty/park.htm>.

O índice original classifica 124 países em 2005. Os escores de dois países foram adicionados de acordo com a metodologia Ginarte & Park (1997). O escore Moldova foi calculado baseado nos resultados da pesquisa de 5 advogados da área de patentes assim como a revisão do autor dos direitos de patentes com a ajuda do assistente Dr. Walter Park, American University. Similarmente, o escore da República do Quirguistão foi calculado baseado na revisão de leis pelo autor e com a assistência do Dr. Park. Os escores foram construídos em 2005 a título de comparação com os escores de proteção de patentes do resto dos países.

Aliança Internacional em Propriedade Intelectual – Relatório Especial 301:

Os dados utilizados para a construção do fator “Pirataria de Direitos Autorais”, deriva da lista de inspeção 301 do U.S. Trade Representative (USTR), que é publicada anualmente, em detalhes, na página da Aliança Internacional de Propriedade Intelectual (IIPA). Os dados utilizados pelo IIDP refletem o nível de pirataria em softwares de negócios, softwares de entretenimento, filmes, e nas indústrias fonográfica e musical. As instituições representantes de indústrias individuais utilizam diferentes métodos para estimar seus dados. É sensato presumir que os níveis de pirataria denunciados são, de fato, subestimados, uma vez que capturam apenas a pirataria nas indústrias cujos direitos autorais estão registrados nos EUA. Para maiores informações veja em: http://www.iipa.com/2010_SPEC301_TOC.htm

Os dados sobre pirataria de software do Relatório Especial 301 em 2010 é complementado com os dados do *Seventh Annual BSA and IDC Global Software Piracy Study* (2009), disponível em <http://global.bsa.org/globalpiracy2009/index.html>

Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCED) – Banco de Dados de Gênero, Instituições e Desenvolvimento (GID):

O Banco de Dados de Gênero, Instituições e Desenvolvimento da OCED é a única fonte de dados utilizadas na construção do IIDP ampliado, que incorpora aspectos de igualdade de gêneros (IG). O GID é uma ferramenta que permite a pesquisadores e formuladores de políticas determinarem e analisarem obstáculos para o desenvolvimento econômico das mulheres. O GID compreende um total de 124 países, e é composto por 60 indicadores de discriminação de gênero. As oito variáveis do GID,

incorporadas à medição de “Igualdade de Gêneros” deste estudo estão relacionadas aos direitos de propriedade à mulher, no que diz respeito ao acesso à terra, outros bens materiais, práticas em herança, empréstimos bancários, e direitos sociais. Os dados foram compilados a partir de diversas fontes, tais como BRIDGE, Banco Asiático de Desenvolvimento, Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional, e AFROL. Para obter mais informações sobre estes dados, visite: <http://www.oecd.org/dev/gender/gid>.

O relatório em português será disponibilizado no portal do Instituto Liberdade, seção Direitos de Propriedade, a partir de 13/04/11, no link: <http://www.institutoliberalde.org.br>

O relatório completo em inglês se encontra disponível no website do IIDP: <http://www.internationalpropertyrightsindex.org/>

Referências

Baroncelli, E., Krivonos, E. & Olarreaga, M. (2004). Trademark protection or protectionism? Washington, DC: The World Bank. Policy Research Working Paper Series, 3214, p. 2.

Besley, T. & Ghatak, M. (2009, April 22). Reforming property [rights. VoxEU.org](http://www.voxeu.org/index.php?q=node/3484). Retrieved from <http://www.voxeu.org/index.php?q=node/3484>

Branstetter, L. & Saggi, K. (2009, October). Intellectual property rights, foreign direct investment, and industrial development. (NBER Working Paper w15393). Cambridge, MA: The National Bureau of Economic Research. Retrieved from <http://www.nber.org/papers/w15393>

de Soto, Hernando (1989). The other path: the economic answer to terrorism. New York, NY: Harper and Row.

de Soto, Hernando (2000). The mystery of capital: why capitalism triumphs in the west and fails everywhere else. New York, NY: Basic Books.

Demsetz, H. (1967, May). Toward a theory of property rights. American Economic Review, 57, 347-359.

Jacobs, Jane (1992). Systems of survival: a dialogue on the moral foundations of commerce and politics. New York, NY: Random House.

Mises, Ludwig (1990). Economic calculation in the socialist commonwealth. Auburn, AL: Ludwig von Mises Institute.

Ostrom, Elinor (1990). *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. New York, NY: Cambridge University Press.

Saggi, K. (2002, Fall). Trade, foreign direct investment, and international technology transfer: A Survey. *World Bank Research Observer*, 17(2), 191-235.

Smith, Adam (1776; 1931). *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. New York, NY: E. P. Dutton and Co.

Notas Finais

- Maiores informações sobre Bolsa de Estudos, veja o link: <http://www.propertyrightsalliance.org/hernando-soto-fellowship-program-a2865>

- Definido pela OMPI – Organização Mundial de Propriedade Intelectual @ <http://www.wipo.int/about-ip/en/>

- Dados de PIB per capita data são do World Development Indicators Online (2010).

- Dados sobre fluxo de investimento direto estrangeiro são do World Development Indicators Online (2010). Observe que os dados sobre Luxemburgo foram removidos. Como a média percentual do PIB de Luxemburgo foi mais de 300% entre 2005-2009, que é mais do que 8 vezes o percentual mais alto entre os outros países, foi necessária a retirada da informação para esta análise.

- Em 2005, a Irlanda experimentou um fluxo negativo de investimento direto estrangeiro de 15,2% do PIB. A média do fluxo do PIB no país nos 5 anos anteriores era de 13,6%.

- Dados sobre crescimento do PIB são do World Development Indicators Online (2010). Países em desenvolvimento são definidos como países com baixa e média renda de acordo com a classificação do Banco Mundial disponível em: <http://data.worldbank.org/about/country-classifications>. No total, 49 países são classificados como em desenvolvimento. Além disso, os dados de crescimento do PIB da Angola foram excluídos da análise. A Angola vivenciou níveis de alto crescimento anormais por 3 anos no estudo (21%, 19% e 20% de 2005-2007) enquanto que a média num período de 5 anos anteriores era de 6,8%. Os dados de crescimento do PIB de Zimbábue foram excluídos da análise visto que o país vivenciou um período de hiperinflação e somente existiam informações de 2 anos anteriores.

- Em um caso, o escore de direitos sociais excede a escala de 0 a 10. O escore da Jamaica é de 10,3 porque a taxa de alfabetização adulta para mulheres é mais alta que para homens numa proporção de 11,3. Os autores decidiram igualar em 10 o escore. Sem modificar este dado a Jamaica teria se classificado acima do resto de outros países com escores perfeitos em igualdade de gênero.